

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O IRB-Brasil Re apresenta o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2011, destacando as principais atividades desenvolvidas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros. Vale ressaltar que em virtude da implementação da Circular SUSEP 424/2011, que alterou a Circular SUSEP 379/2008, instituindo um novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações contábeis, foi necessária a reclassificação dos valores de 2010, de forma a possibilitar a sua comparabilidade.

1. DESTAQUES DO PERÍODO
1.1 Mercado Ressegurador Brasileiro

No ano de 2011 o mercado de resseguros brasileiro registrou expressivo crescimento no volume de negócios que, combinado com medidas de aperfeiçoamento da regulamentação, despertaram o interesse de novos *players*.

Estimulados pelas mudanças no mercado, mais dois resseguradores vieram se estabelecer em solo brasileiro, elevando para oito o número de resseguradores locais.

Com a edição das resoluções CNSP 225/2010 e 232/2011, os resseguradores locais tiveram suas posições fortalecidas e o IRB-Brasil Re, nesse contexto, procurou atuar com maior sintonia entre as áreas comercial e de subscrição, de modo a produzir resultados consistentes.

1.2 Rating

Em 13 de dezembro, a agência internacional A.M. Best, especializada em avaliação de riscos do segmento de seguros, classificou o IRB-Brasil Re com rating A- (excelente) com tendência de estabilidade no próximo ano. A nota reflete a "excelente capacidade para cumprir atuais obrigações de resseguro" e, além de representar uma conquista pública de credibilidade, atesta o alto nível de profissionalismo e a fortaleza patrimonial da Empresa.

1.3 Expansão Internacional

Nesse cenário de acirramento da concorrência no mercado nacional de resseguro, o IRB-Brasil Re deu o primeiro grande passo no seu processo de internacionalização, iniciando em setembro as operações na Argentina. As mudanças nas regras do mercado argentino criaram uma oportunidade para o IRB-Brasil Re atuar como ressegurador local naquele país. Em continuidade natural deste processo, foram também avaliados novos mercados, através de reuniões com seguradoras e autoridades supervisoras nos mercados de seguros e resseguros dos Estados Unidos, Uruguai, Paraguai, Peru, Colômbia, Angola, África do Sul, Moçambique, Camarões, Nigéria, Senegal e Inglaterra, com vistas à realização de futuros negócios de nossa Empresa naqueles mercados.

Adicionalmente, foi criada a Gerência Comercial Internacional, responsável por identificar oportunidades e acompanhar a evolução da internacionalização da Empresa. Dentre as iniciativas realizadas em 2011, destaca-se a realização do Encontro Internacional de Resseguro, nos dias 17 e 18 de novembro, no Centro de Treinamento do IRB-Brasil Re, com a participação de seguradoras e corretores da Argentina, Paraguai, Angola e Moçambique.

1.4 Tecnologia da Informação

No aprimoramento da sua gestão de back-office, o IRB-Brasil Re colocou em operação, em setembro, o novo Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP/SAP). Este sistema passa a ser uma das principais ferramentas de acompanhamento e apoio à tomada de decisão estratégica da Empresa.

Ainda no que se refere ao fortalecimento do capital tecnológico, o IRB-Brasil Re adquiriu um novo software para a área de negócios da Empresa, o SAP FS-RI (Financial Services – Reinsurance), que proporcionará uma administração flexível e segura de todas as etapas da operação de resseguro (subscrição, conta técnica e sinistros). A implantação do novo sistema, iniciada em novembro, tem previsão de conclusão em 2013.

1.5 Investimentos

Dando continuidade ao processo de melhoria da gestão de ativos, o IRB-Brasil Re alienou, com bom resultado financeiro, alguns imóveis e participações cuja manutenção não estava em linha com a estratégia da Empresa. Com essas vendas e a transformação dos investimentos em ativos líquidos, foi possível aumentar a quantidade de ativos elegíveis para garantir as operações da Empresa.

1.6 Recursos Humanos

Em função dos desafios de atração, retenção de talentos e capacitação de pessoal, a área de RH desenvolveu o projeto de levantamento da formação e aptidões de todos os colaboradores da Empresa. Este levantamento tem como objetivo a realização do cruzamento das necessidades organizacionais com as competências individuais disponíveis no IRB-Brasil Re. Ao final do trabalho a Empresa será capaz de implantar ações diferenciadas de treinamento, desenvolvimento, seleção, avaliação, dentre outros.

1.7 Alteração na Estrutura Organizacional

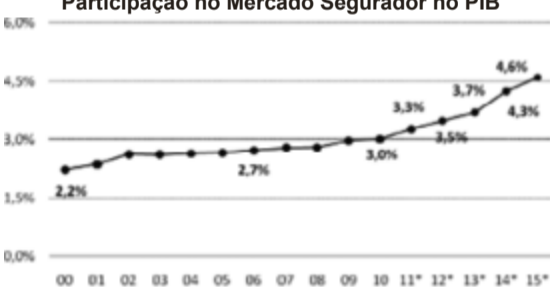
Como o propósito de ajustar a estrutura aos novos desafios que o IRB-Brasil Re enfrentará no futuro próximo, os acionistas decidiram no final do ano, em assembleia geral, ampliar o número de diretorias de quatro para seis. Foram criadas a Diretoria de Patrimônio e Investimento e a Diretoria de Tecnologia da Informação. Adicionalmente, foi alterada a nomenclatura da Diretoria de Recursos Humanos para Diretoria de Marketing e Recursos Humanos, de forma a refletir a importância da *marketing* na operação da Empresa.

1.8 Processo de Desestatização

Dando continuidade ao processo de desestatização/reestruturação societária, iniciado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 03, de 07.04.2011, o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES contratou consultoria especializada para realizar a avaliação do IRB-Brasil Re e consultoria jurídica. A expectativa é que a referida reestruturação societária seja concluída em 2012.

2. MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS NO BRASIL

O mercado brasileiro de seguros exibiu um grande crescimento em 2011. Segundo projeções da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), o mercado alcançou a cifra de R\$ 218,6 bilhões, com um crescimento de 17,1% em relação a 2010. Em 2012, a CNSeg espera um crescimento de 12,8%, atingindo o patamar de R\$ 246,8 bilhões. A perspectiva de crescimento superior a 10% coloca-se acima do esperado para a economia como um todo. Este desempenho consolida a expansão ocorrida nos últimos quatro anos, em que o mercado cresceu a uma taxa anual média de 16%.

Participação no Mercado Segurador no PIB


O bom momento da economia brasileira e os indicadores do mercado segurador, como volume de prêmios, penetração do seguro no PIB e consumo per capita, sugerem boas perspectivas de crescimento do setor. Este fato, somado à previsão de grandes investimentos em virtude dos eventos esportivos previstos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, indicam um futuro promissor para o mercado segurador nos próximos anos.

O mercado de resseguros apresenta o mesmo vigor, tendo faturado, em 2011, segundo informação da CNSeg, aproximadamente R\$ 5,3 bilhões, o que indica um crescimento de 15% em relação ao faturamento do ano anterior.

Em 2010, a participação dos resseguradores locais no mercado era aproximadamente igual à dos resseguradores admitidos e eventuais. Já em 2012, estima-se que os resseguradores locais terão a sua participação ampliada, com destaque para o IRB-Brasil Re.

Participação no prêmio de resseguro por tipo de resseguradora


O IRB-Brasil Re atingiu, em 2011, a participação de 61,1% entre os resseguradores locais, o que corresponde a aproximadamente 40% do mercado total de resseguros do país.

Resseguradores Locais - Prêmio de Resseguro por grupo – mil R\$

Grupo	IRB Brasil Re	%	TOTAL GERAL
01 - Patrimonial	709.846	68,1%	1.042.828
02 - Riscos Especiais	137.748	99,7%	138.181
03 - Responsabilidades	38.590	47,3%	81.669
04 - Cascos	51.573	94,0%	54.858
05 - Automóvel	40.952	32,8%	124.875
06 - Transportes	71.872	41,2%	174.405
07 - Riscos Financeiros	202.590	45,2%	447.918
08 - Crédito	40.449	111,6%	36.255
09 - Pessoas Coletivo	133.862	57,0%	234.736
10 - Habitacional	40.140	92,8%	43.243
11 - Rural	120.687	58,9%	204.951
12 - Outros	47.165	32,7%	144.110
13- Pessoas Individual	4.099	86,7%	4.728
14 - Marítimos	18.962	75,5%	25.113
15 - Aeronáuticos	66.280	99,0%	66.945
Totais	1.724.813	61,1%	2.824.817

Fonte: SUSEP – até novembro de 2011 Nota: Base resseguro

3. DADOS CONSOLIDADOS

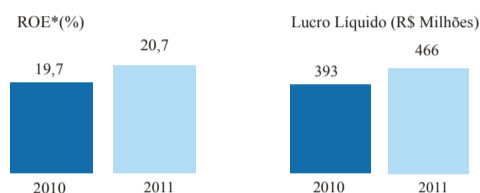
Apesar dos desafios enfrentados em 2011, as medidas implementadas pelo IRB-Brasil Re permitiram o alcance dos principais objetivos estratégicos e a apresentação de um resultado superior ao do exercício anterior.

Resultado (R\$ Milhões, exceto o Lucro Líquido por ação)	2011	2010	%
Prêmio Emitido Líquido	2.064,7	1.047,8	97,1%
Resultado com Resseguro e Retrocessão	231,3	362,2	-36,1%
Resultado antes de Impostos	716,7	611,3	17,2%
Lucro líquido	465,8	393,2	18,5%
Lucro líquido por ação (R\$)	465,8	465,8	18,5%

Balço Patrimonial (R\$ Milhões)	2011	2010	%
ATIVO	9.942,9	8.331,9	19,3%
Circulante	6.804,9	5.740,9	18,5%
Não Circulante	3.138,0	2.590,9	21,1%
PASSIVO	7.514,6	6.078,0	23,6%
Circulante	6.954,2	5.560,6	25,1%
Provisões Técnicas - resseguros e retrocessões	5.415,1	4.838,5	11,9%
Não Circulante	560,4	517,4	8,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.428,3	2.253,8	7,7%

3.1. DESEMPENHO DA EMPRESA
3.1.1. Operações de Resseguro e de Retrocessão

O IRB-Brasil Re encerrou o ano de 2011 registrando lucro líquido de R\$ 465,8 milhões, que corresponde a uma taxa de crescimento de 18,5% em relação ao registrado no exercício de 2010. O retorno sobre o Patrimônio Líquido manteve-se estável em 2011, atingindo 20,7%.



*ROE = Lucro líquido sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro do exercício anterior.

A Empresa registrou um volume de prêmios emitidos líquidos de R\$ 2.064,7 milhões no presente exercício, o que representa um incremento de 97,1% em relação ao ano anterior, em termos nominais. O resultado com as operações de resseguro e retrocessões alcançou R\$ 231,3 milhões.

Prêmio Emitido por Grupo de Ramos – 2011

3.1.2. Administrativo

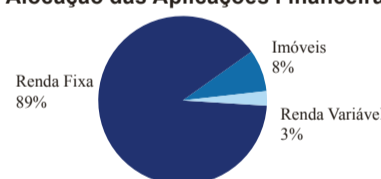
Ao longo de 2011, foram adotadas medidas para a redução das despesas administrativas, dentre elas a diminuição em 10% dos gastos relativos aos contratos de terceirização na área de infraestrutura de suporte. Entretanto, a implementação de projetos prioritários na área de Tecnologia da Informação impediu a redução das despesas administrativas do período, que alcançaram R\$ 171,4 milhões em 2011.

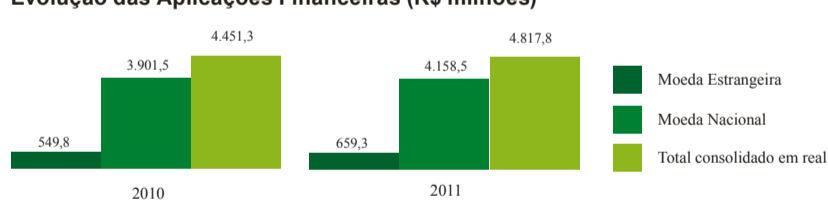
3.1.3. Financeiro

Ao final do exercício de 2011, as aplicações financeiras entendidas como a soma das aplicações de curto prazo, aplicações de longo prazo e imóveis destinados a renda, totalizaram R\$ 4.817,8 milhões. Desse total, R\$ 659,3 milhões referem-se às operações em moeda estrangeira e R\$ 4.158,5 milhões, às denominadas em moeda nacional.

A movimentação mais significativa da carteira foi no Fundo Extramercado FEE-22, que terminou o ano de 2011 com um saldo de R\$ 950,7 milhões, contra um saldo de R\$ 1.433,1 milhões em 2010, redução que se deve, parte da transferência de R\$ 250,0 milhões para a carteira de LFT, parte do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio. A rentabilidade nominal das aplicações em moeda nacional foi de 10,65% a.a. em 2011. Outro ponto a ressaltar é a venda das participações nos Shopping Centers Iguatemi São Paulo (7%) e Campinas (5%), com valor total de R\$ 142,0 milhões, quantia esta incorporada ao Fundo Extramercado FEE-32.

O resultado financeiro do exercício 2011 foi de R\$ 540,4 milhões, apresentando um crescimento de 27,6% em relação ao exercício de 2010.

Alocação das Aplicações Financeiras em 2011

Alocação dos Ativos em 2011

Evolução das Aplicações Financeiras (R\$ milhões)

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece a confiança depositada pelos acionistas, a preferência das sociedades seguradoras e corretoras de resseguro, bem como o apoio dos segurados na indicação do IRB-Brasil Re como ressegurador prioritário na sua proteção.

Agradece aos empregados pela dedicação no exercício de suas atividades, fundamentais para o bom desempenho da Empresa, e o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leonardo André Paixão <i>Presidente</i>	Mario Di Croce <i>Vice-Presidente Executivo</i>
Francisco Aldenor Alencar Andrade <i>Diretor de Sinistros</i>	José Farias de Sousa <i>Diretor de Subscrição</i>
Manoel Moraes de Araujo <i>Diretor de Patrimônio e Investimentos</i>	Daniel da Silva Veiga <i>Diretor Comercial</i>
Carlos Alberto de Paula <i>Diretor de Marketing e Recursos Humanos</i>	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Rogério Caffarelli <i>Presidente</i>	Leonardo André Paixão <i>Vice-Presidente</i>
Antonio Eduardo M. de Figueiredo Trindade	Carlos Augusto Moreira Araújo
Luiz Tavares Pereira Filho	Otacílio Caldeira Junior

CONSELHO FISCAL

Luiz Alberto de Almeida Palmeira <i>Presidente</i>	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Vinicius Mendonça Neiva	Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista
Sidney Maury Sentoma	

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/11	31/12/2010	01/01/10
ATIVO			(Reapresentado)	(Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE		6.804.883	5.740.996	7.746.693
DISPONÍVEL		71.616	186.381	14.577
Caixa e bancos	5	71.616	186.381	14.577
APLICAÇÕES	6	2.260.889	2.397.203	2.870.556
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa		1.494.588	1.685.287	1.647.149
Quotas de fundos de investimentos - renda variável		158.284	184.247	140.415
Títulos de renda variável		-	1.952	39.106
Aplicações no exterior		669.635	612.819	1.148.833
(-) Provisão para desvalorização		(61.618)	(87.102)	(104.947)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM				
RESSEGUROS E RETROCESSÕES	8	1.920.855	898.931	1.601.931
Operações com seguradoras		1.380.448	724.955	1.388.872
Operações com resseguradoras		547.171	279.690	332.677
Outros créditos operacionais		116.410	4.616	5.247
(-) Provisão para riscos de créditos		(123.174)	(110.330)	(124.865)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	9	2.464.038	2.213.322	3.228.745
Sinistros pendentes de pagamento	9.1	1.613.749	1.520.122	2.020.139
Sinistros ocorridos mas não avisados	9.1	186.805	207.748	240.454
Sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	9.1	148.214	185.206	278.811
Prêmio de retrocessão diferido	9.2	503.721	290.037	669.540
Provisões de excedente técnico	9.3	11.549	10.209	19.801
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		87.319	44.738	30.234
Títulos e créditos a receber	10	37.232	24.416	11.214
Créditos tributários e previdenciários	22.3	48.863	17.500	16.322
Outros créditos		1.224	2.822	2.698
DESPESAS ANTECIPADAS		166	421	650
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.138.041	2.590.952	2.327.423
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.857.855	2.306.874	2.057.602
APLICAÇÕES	6	2.338.607	1.828.294	1.648.911
Títulos de renda fixa		2.287.409	1.804.163	1.630.418
Aplicações no exterior		222.587	226.386	222.693
(-) Provisão para desvalorização		(171.389)	(202.255)	(204.200)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	8	5.856	7.279	7.336
Operações com seguradoras		30.057	33.430	39.187
(-) Provisão para riscos de crédito		(24.201)	(26.151)	(31.851)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		513.392	471.301	401.355
Títulos e créditos a receber	10	38.179	23.887	14.354
Créditos tributários e previdenciários	22.3	295.649	312.125	315.586
Depósitos judiciais e fiscais	16	179.278	134.232	70.340
Outros créditos a receber		30.269	45.241	45.261
(-) Provisão para riscos de crédito		(29.983)	(44.184)	(44.186)
INVESTIMENTOS		231.192	233.832	226.603
Participações societárias		12.306	7.957	9.733
Imóveis destinados à renda	11	218.271	225.875	216.870
Outros Investimentos		615	-	-
IMOBILIZADO	12	26.868	39.451	38.263
Imóveis		21.474	36.819	35.891
Bens móveis		35.223	29.704	25.968
Outras imobilizações		508	556	544
(-) Depreciação		(30.337)	(27.628)	(24.140)
INTANGÍVEL	13	22.126	10.795	4.955
TOTAL DO ATIVO		9.942.924	8.331.948	10.074.116

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/11	31/12/10
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS		2.064.700	1.047.778
Prêmios de resseguros		2.014.830	928.320
Operações com o exterior - aceitações		49.870	119.458
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		(396.243)	573.747
PRÊMIOS GANHOS	21.1	1.668.457	1.621.525
SINISTROS OCORRIDOS	21.2	(1.188.561)	(760.009)
Sinistros diretos	21.2	(1.281.500)	(1.135.952)
Salvados e ressarcimentos	21.2	54.552	176.549
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	21.2	25.598	23.900
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	21.2	12.789	175.494
CUSTOS DE AQUISIÇÃO		(49.299)	(17.143)
Comissões		(49.299)	(17.143)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	21.3.2	(17.089)	76.105
RESULTADO COM RETROCESSÃO	21.3.1	(182.180)	(558.281)
Receita com retrocessão		484.852	263.372
Despesa com retrocessão		(642.504)	(683.190)
Salvados e ressarcimentos		(24.528)	(138.463)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21.3.3	(171.431)	(170.370)
DESPESAS COM TRIBUTOS	21.3.4	(39.260)	(43.006)
RESULTADO FINANCEIRO	21.3.5	540.380	423.626
Receitas financeiras		782.044	490.320
Despesas financeiras		(241.664)	(66.694)
RESULTADO PATRIMONIAL	21.3.6	155.635	38.869
Receitas com imóveis de renda, líquidas		61.822	44.251
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas		3.522	(1.440)
Outras receitas patrimoniais - Alienação de ativos		90.291	(3.942)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES			
PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		716.652	611.316
Imposto de renda	22.1	(139.400)	(123.731)
Contribuição social	22.1	(84.032)	(74.281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.859)	(4.599)
Participações sobre o resultado		(16.529)	(15.514)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		465.832	393.191
Quantidade de Ações		1.000.000	1.000.000
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		465,83	393,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/11	31/12/10	01/01/10
PASSIVO			(Reapresentado)	(Reapresentado)
PASSIVO CIRCULANTE		6.954.194	5.560.640	7.475.594
CONTAS A PAGAR		168.175	135.725	176.861
Obrigações a pagar	17	34.571	25.186	27.000
Impostos e encargos sociais a recolher		964	3.911	5.663
Provisões trabalhistas	18	11.474	13.176	16.467
Provisões para benefícios pós-emprego	25	36.525	36.469	33.950
Provisões para impostos e contribuições	22.4	84.641	56.983	93.781
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM				
RESSEGUROS E RETROCESSÕES	8	1.275.022	536.132	1.013.406
Operações com seguradoras		233.268	60.369	81.500
Operações com resseguradoras		974.414	451.752	910.642
Corretores de resseguros e retrocessões		36.882	3.311	2.118
Outros débitos operacionais		30.458	20.700	19.146
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		95.875	50.242	65.863
Cobrança antecipada de prêmios		60.317	21.384	26.901
Outros depósitos		35.558	28.858	38.962
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		5.415.122	4.838.541	6.219.464
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		5.415.122	4.838.541	6.219.464
Provisão de prêmios não ganhos	14.1.1	1.054.931	664.818	1.244.836
Riscos vigentes emitidos		759.430	347.787	499.221
Riscos vigentes não emitidos		295.501	317.031	745.615
Sinistros a liquidar	14.2.1	3.399.654	3.186.061	3.770.168
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	14.2.1	580.792	598.796	632.474
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	14.2.1	344.813	358.688	540.049
Outras provisões	14.2.4	34.932	30.178	31.937
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		560.439	517.429	478.065
CONTAS A PAGAR		405.799	364.294	337.120
Provisões para Impostos e contribuições	22.4	133.481	79.153	45.382
Provisões para benefícios pós-emprego	25	272.318	285.135	291.738
Outras contas a pagar		-	6	-
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM				
RESSEGUROS E RETROCESSÕES	8	709	766	860
Outros débitos operacionais		709	766	860
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	16	153.931	152.369	140.085
Contingências fiscais		83.171	77.029	72.858
Contingências trabalhistas		35.578	45.528	43.841
Contingências previdenciárias		32.904	29.812	23.386
Outras provisões		2.278	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.428.291	2.253.879	2.120.457
Capital social		1.350.000	1.030.000	1.030.000
Aumento de capital (em aprovação)	19.2	-	320.000	-
Reservas de lucros	19.3	877.001	743.074	948.265
Ajustes de avaliação patrimonial	19.4.1	(6.644)	(5.822)	15.025
Ajustes acumulados de conversão	19.4.2	1.029	103	439
Lucros acumulados		-	-	6.142
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	19.5	206.905	166.524	120.586
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.942.924	8.331.948	10.074.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/11	31/12/10
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		465.832	393.191
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior:			
Diferenças de câmbio originadas no exercício	19.4.2	926	(336)
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Ganho líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	19.4	(975)	(34.745)
Imposto de renda e contribuição social relacionados a componentes de outros resultados abrangentes	19.4	153	13.898
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		465.936	372.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto juros sobre o capital próprio e dividendos por ação ordinária)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
				Legal	Reinvestimento					
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2010 (originalmente apresentado)		1.030.000	-	173.042	775.223	15.025	439	-	-	1.993.729
Alteração de prática decorrente da transição dos CPCs 15 a 41 – Nota (4.2.1)		-	-	-	-	-	-	6.142	120.586	126.728
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2010 (reapresentado)		1.030.000	-	173.042	775.223	15.025	439	6.142	120.586	2.120.457
Dividendo adicional proposto pago, conforme AGO 26/03/2010		-	-	-	-	-	-	-	(120.586)	(120.586)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	(20.847)	-	-	-	(20.847)
Ajustes acumulados de conversão	19.4.2	-	-	-	-	-	(336)	-	-	(336)
Aumento de capital conforme AGE 29/12/2010	19.2	-	320.000	-	(320.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	393.191	-	393.191
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício	19.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	19.967	-	-	-	(19.967)	-	-
Reserva para reinvestimento		-	-	-	94.842	-	-	(94.842)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos (R\$298,07 por ação preferencial e R\$270,98 por ação ordinária)		-	-	-	-	-	-	(284.524)	-	(118.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (originalmente apresentado)		1.030.000	320.000	193.009	550.065	(5.822)	103	-	-	2.087.355
Alteração de prática decorrente da transição dos CPCs 15 a 41 - Nota (4.2.1)		-	-	-	-	-	-	-	166.524	166.524
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (reapresentado)		1.030.000	320.000	193.009	550.065	(5.822)	103	-	166.524	2.253.879
Dividendo adicional proposto pago, conforme AGO 28/03/2011		-	-	-	-	-	-	-	(166.524)	(166.524)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	(822)	-	-	-	(822)
Ajustes acumulados de conversão	19.4.2	-	-	-	-	-	926	-	-	926
Aumento de capital conforme AGE 29/12/2010	19.2	320.000	(320.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	465.832	-	465.832
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício	19.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	23.292	-	-	-	(23.292)	-	-
Reserva para reinvestimento		-	-	-	110.635	-	-	(110.635)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos (R\$347,71 por ação preferencial e R\$316,10 por ação ordinária)		-	-	-	-	-	-	(331.905)	206.905	(125.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.350.000	-	216.301	660.700	(6.644)	1.029	-	206.905	2.428.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reclassificado)
Recebimentos de prêmios de resseguro	1.550.891	1.763.948
Recuperação de sinistros e comissões	485.130	848.549
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	328.125	278.773
Pagamentos de sinistros e comissões	(1.166.548)	(1.783.367)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(708.037)	(837.827)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(30.322)	(7.455)
Pagamentos de despesas e obrigações	(158.005)	(155.864)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(8.394)	(10.364)
Recebimento de aluguéis	26.863	30.779
Constituição de depósitos judiciais	(28.896)	(77.303)
Caixa consumido pelas operações	290.807	49.869
Impostos e contribuições pagos	(293.428)	(299.176)
Investimentos financeiros:	24.975	659.503
Aplicações	(3.629.453)	(3.891.078)
Vendas e resgates	3.644.884	4.539.294
Rendimentos recebidos	9.544	11.287
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	22.354	410.196
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:		
Imobilizado	(8.713)	(7.909)
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:		
Investimentos	143.962	-
Imobilizado	2.312	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	137.561	(7.909)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (com remuneração)	(285.251)	(230.370)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(285.251)	(230.370)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(125.336)	171.917
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.570	(112)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	186.381	14.577
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	71.616	186.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reclassificado)
Lucro líquido do período	465.832	393.191
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	10.338	6.058
(Reversão) Constituição de provisão para Perdas perda por redução do valor recuperável dos ativos	(12.803)	7.414
Constituição de provisão para perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(56.351)	(17.845)
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	(90.291)	3.943
Resultado de equivalência patrimonial	(3.522)	1.440
Constituição de provisão para riscos de crédito	(3.307)	(19.154)
Receita com imóveis de renda	(61.822)	(44.251)
Outros	7.588	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(317.649)	313.760
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(1.031.395)	723.292
Ativos de retrocessão	(250.716)	1.015.423
Créditos Fiscais e Previdenciários	(31.363)	(1.178)
Ativo fiscal diferido	16.476	3.461
Despesas antecipadas	255	229
Outros ativos	(10.538)	(22.839)
Depósitos judiciais e fiscais	(45.046)	(63.892)
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.084)	(9.183)
Impostos e contribuições	79.039	(8.837)
Débitos de operações com seguros e resseguros	738.833	(471.226)
Depósitos de terceiros	45.633	15.621
Provisões técnicas - Seguros e Resseguros	576.581	(1.380.923)
Outros passivos	104	(19.407)
Provisões judiciais	1.562	16.341
FLUXO DE CAIXA DECORRENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.354	410.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto onde mencionado de outra forma)*
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Sociedade" ou "IRB-Brasil Re"), criado em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, é uma sociedade anônima, de economia mista de capital fechado esta localizada na Avenida Marechal Câmara, nº 171, na cidade do Rio de Janeiro, e vinculada ao Ministério da Fazenda. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguro no País e no exterior. Adicionalmente, atua na administração de consórcios e fundos destinados à garantia de determinadas atividades, em particular nas áreas de exportação e agricultura.

A edição da Lei Complementar nº 126, em 15 de janeiro de 2007, facultou o ingresso de novos resseguradores no mercado nacional. Atualmente, as operações de resseguro e retrocessão podem ser realizadas com os seguintes tipos de ressegurador:

- Local: ressegurador com sede no País constituído sob a forma de sociedade anônima, tendo por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão;
- Admitido: ressegurador com sede no exterior, com escritório de representação no País, que, atendendo às exigências previstas na Lei Complementar e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); e
- Eventual: ressegurador com sede no exterior, sem escritório de representação no País que, atendendo às exigências previstas na Lei Complementar e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP. As cessões a esse tipo de ressegurador estão sujeitas a limite máximo anual fixado pelo Poder Executivo.

O IRB-Brasil Resseguros S.A., na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 126/2007, qualificado como ressegurador local, foi autorizado a continuar exercendo suas atividades de resseguro e retrocessão sem qualquer solução de continuidade, independentemente de requerimentos e autorizações governamentais.

Em dezembro de 2010, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP emitiu uma série de Resoluções que modificaram aspectos importantes do mercado ressegurador. As principais mudanças foram contempladas pelas Resoluções CNSP nº 224 e nº 225 de 2010, conforme abaixo destacado:

- Resolução CNSP nº 224 de 2010 - As responsabilidades assumidas em seguro, resseguro ou retrocessão no país não poderão ser transferidas para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro a partir de 31 de janeiro de 2011.
- Em janeiro de 2011, por intermédio da resolução CNSP nº 231 de 2011, o prazo estabelecido para início de vigência da Resolução CNSP nº 224/2010 foi alterado, passando esta a vigorar a partir de 31 de março de 2011. Em março de 2011, a Resolução CNSP nº 224 de 2010 foi revogada pela Resolução CNSP nº 232 de 2011, permitindo que a sociedade seguradora ou segurador local transfira até 20% (vinte por cento) do prêmio correspondente a cada cobertura contratada para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior.
- Resolução CNSP nº 225/2010 - A sociedade seguradora contratará com resseguradores locais pelo menos 40% de cada cessão de resseguro em contratos automáticos ou facultativos a partir de 31 de março de 2011.

O Banco do Brasil S.A. – BB, em 15 de outubro de 2009, publicou fato relevante, onde demonstrou a intenção de adquirir ações ordinárias do IRB-Brasil Re com o intuito de buscar uma maior complementaridade nas operações de suas sociedades seguradoras. O Banco do Brasil propôs e a União Federal (acionista controlador do IRB-Brasil Re), por intermédio do Ministério da Fazenda, aceitou iniciar as tratativas, sem efeito vinculante, visando à aquisição de participação acionária no IRB-Brasil Re. Em 8 de abril de 2011, foi publicada a Resolução nº 3, de 7 de abril de 2011, que trata da retomada do processo de desestatização do IRB-Brasil Resseguros S.A., suspenso pela Resolução CND nº 32/2000, e da aprovação do modelo de desestatização. Essa resolução altera a modalidade operacional para que a desestatização seja realizada de acordo com o disposto no inciso III do art. 4º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, adotando-se a simplificação de procedimentos prevista no art. 33, VI do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998 e designa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como gestor do processo de desestatização.

O exercício social da Sociedade se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Sociedade são:

- Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e consideram permissão concedida pela SUSEP, por meio de orientação da Coordenação de Aferição de Solvência ("COASO"), de não apresentação de demonstrações contábeis consolidadas.
As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela SUSEP, bem como normas e orientações da SUSEP.
- Base de elaboração
Essas demonstrações contábeis são as primeiras elaboradas de acordo com as mudanças nas práticas contábeis introduzidas no Brasil pelos pronunciamentos técnicos CPC 11 e 15 a 41, e considera permissão concedida pela SUSEP, por meio de orientação da COASO, de não apresentação de demonstrações contábeis consolidadas. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota explicativa nº 4.2.

O IRB Brasil Resseguros S/A mantém sucursal em Londres, que se encontra em processo de descontinuidade "run-off" de suas atividades, e outra sucursal na Argentina que teve início de operação em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais da Sociedade, sendo os mesmos auditados pelos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

2.3. Contratos de resseguro

Os produtos da Sociedade são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expiram. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

2.3.1. Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguro relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente. No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma: Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro;

Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

2.3.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.4. Despesas com comissões

As despesas são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do período, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculadas atuarialmente.

2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos utilizando a taxa vigente na data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações da Sociedade no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.6. Custos de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período de relatório. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

Em caso de superávit (excedente do valor justo dos ativos do plano sobre o valor presente de uma obrigação de benefício definido) o respectivo ativo não é reconhecido porque não há previsão no estatuto do plano patrocinado pela Sociedade

Contas	Item	Em 01/01/10 (data de transição)			Em 31/12/10 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior R\$	Efeito da transição para as novas práticas contábeis R\$	BR GAAP reapresentado R\$	BR GAAP anterior R\$	Efeito da transição para as novas práticas contábeis R\$	BR GAAP reapresentado R\$
ATIVOS							
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		14.577	-	14.577	186.381	-	186.381
Aplicações		2.870.556	-	2.870.556	2.397.203	-	2.397.203
Créditos das operações com resseguros e retrocessões	4.1.4	4.278.699	(2.676.768)	1.601.931	2.951.817	(2.052.886)	898.931
Ativos de resseguro – provisões técnicas	4.1.4	-	3.228.745	3.228.745	-	2.213.322	2.213.322
Títulos e créditos a receber	4.1.1	32.533	(2.299)	30.234	46.478	(1.740)	44.738
Despesas de comercialização diferidas	4.1.4	134.337	(134.337)	-	103.839	(103.839)	-
Despesas antecipadas		650	-	650	421	-	421
Despesas de retrocessão diferidas	4.1.4	720.911	(720.911)	-	319.656	(319.656)	-
Total dos ativos circulantes		<u>8.052.263</u>	<u>(305.570)</u>	<u>7.746.693</u>	<u>6.005.795</u>	<u>(264.799)</u>	<u>5.740.996</u>
Ativos não circulantes							
Aplicações		1.648.911	-	1.648.911	1.828.294	-	1.828.294
Créditos das operações com resseguros e retrocessões		7.336	-	7.336	7.279	-	7.279
Títulos e créditos a receber	4.1.1	399.056	2.299	401.355	469.561	1.740	471.301
Investimentos		226.603	-	226.603	233.832	-	233.832
Imobilizado		38.263	-	38.263	39.451	-	39.451
Intangível		4.955	-	4.955	10.795	-	10.795
Total dos ativos não circulantes		<u>2.325.124</u>	<u>2.299</u>	<u>2.327.423</u>	<u>2.589.212</u>	<u>1.740</u>	<u>2.590.952</u>
Total dos ativos		<u>10.377.387</u>	<u>(303.271)</u>	<u>10.074.116</u>	<u>8.595.007</u>	<u>(263.059)</u>	<u>8.331.948</u>
PASSIVOS							
Passivos circulantes							
Contas a pagar	4.1.2	342.829	(165.968)	176.861	302.249	(166.524)	135.725
Débitos de operações de resseguros e retrocessões		1.182.340	(168.934)	1.013.406	695.352	(159.220)	536.132
Depósitos de terceiros		65.863	-	65.863	50.242	-	50.242
Provisões técnicas – resseguros e retrocessões	4.1.3 e 4.1.4	6.359.943	(140.479)	6.219.464	4.942.380	(103.839)	4.838.541
Total dos passivos circulantes		<u>7.950.975</u>	<u>(475.381)</u>	<u>7.475.594</u>	<u>5.990.223</u>	<u>(429.583)</u>	<u>5.560.640</u>
Passivos não circulantes							
Contas a pagar	22.4	291.738	45.382	337.120	360.236	-	360.236
Débitos de operações com resseguros e retrocessões		860	-	860	766	-	766
Outros passivos contingentes		140.085	-	140.085	156.427	-	156.427
Total dos passivos não circulantes		<u>432.683</u>	<u>45.382</u>	<u>478.065</u>	<u>517.429</u>	<u>-</u>	<u>517.429</u>
Capital social		1.030.000	-	1.030.000	1.030.000	-	1.030.000
Aumento de capital (em aprovação)		-	-	-	320.000	-	320.000
Reservas		948.265	-	948.265	743.074	-	743.074
Ajuste de avaliação patrimonial		15.025	-	15.025	(5.822)	-	(5.822)
Ajuste acumulado de conversão		439	-	439	103	-	103
Proposta de dividendos adicionais	4.1.2	-	120.586	120.586	-	166.524	166.524
Lucros acumulados	4.1.3	-	6.142	6.142	-	-	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.993.729</u>	<u>126.728</u>	<u>2.120.457</u>	<u>2.087.355</u>	<u>166.524</u>	<u>2.253.879</u>
Total do patrimônio líquido e passivos		<u>10.377.387</u>	<u>(303.271)</u>	<u>10.074.116</u>	<u>8.595.007</u>	<u>(263.059)</u>	<u>8.331.948</u>

Em 31/12/10 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)				
Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as novas práticas contábeis	BR GAAP reapresentado	
Prêmios emitidos líquidos	4.1.6	911.461	136.317	1.047.778
Variáveis dos provisões técnicas	4.1.7	193.995	379.759	573.747
Prêmios ganhos		1.105.456	516.069	1.621.525
Sinistros ocorridos	4.1.5	(628.959)	(131.050)	(760.009)
Custos de aquisição	4.1.5	(184.263)	167.120	(17.143)
Outras receitas e despesas operacionais		76.105	-	76.105
Resultado com retrocessão	4.1.5	-	(558.281)	(558.281)
Despesas administrativas		(185.884)	15.514	(170.370)
Despesas com tributos		(43.006)	-	(43.006)
Resultado financeiro		423.626	-	423.626
Resultado patrimonial		38.869	9.372	38.869
Resultado antes de impostos e participações		601.944	-	611.316
Lucro líquido do período	4.1.3	399.333	(6.142)	393.191
Conciliação do patrimônio líquido				
Item	Em 01/01/10 (data de transição) R\$	Em 31/12/10 R\$		
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		1.993.729		2.087.355
Proposta de dividendos adicionais	4.1.2	120.586		166.524
Lucros acumulados	4.1.3	6.142		-
Total do patrimônio líquido ajustado		<u>2.120.457</u>		<u>2.253.879</u>

regras da SUSEP.

4.3.1.4. Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros

A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais dos atuais instrumentos financeiros não foi efetuada na data de transição para os novos CPCs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as CPCs na data de sua contratação.

As isenções e opcionais remanescentes não se aplicam a Sociedade.

- Diferenças acumuladas de conversão de balanço de controladas e investimentos no exterior, mensuração de benefícios pós-emprego e a contabilização de arrendamentos mercantis.
- Ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos em conjunto, uma vez que na Sociedade não houve diferença de data de adoção dos novos CPCs entre a Sociedade e sua controlada, registrada nessas demonstrações contábeis individuais pelo método de equivalência patrimonial.
- Pagamento baseado em ações uma vez que a Sociedade não concede esse tipo de benefício na data de transição.
- Instrumentos financeiros compostos uma vez que a Sociedade não possui esse tipo de instrumento financeiro na data de transição.
- Passivos para restauração, incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, uma vez que a Sociedade não possui passivos desse tipo na data de transição.
- Ativos financeiros ou intangíveis oriundos de concessão, uma vez que a Sociedade não possui esse tipo de contrato na data de transição.
- Mensurações de ativo ou passivos financeiros ao valor justo em seu reconhecimento inicial e custo de empréstimos.

4.3.2. Isenções obrigatórias à aplicação integral pela Sociedade:

A Sociedade considera as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva conforme segue:

4.3.2.1. Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros:

A Sociedade concluiu que não havia ativos e passivos financeiros que deveriam ser baixados dos registros contábeis na data de transição para os novos CPCs.

4.3.2.2. Isenção para contabilização de operações de "hedge"

A Sociedade não possui transação que devesse ser classificada como "hedge" para fins do CPC 38, na data de transição, e, por essa razão, não havia ajustes a serem contabilizados.

4.3.2.3. Isenção de estimativas

A Sociedade não efetuou ajuste nas estimativas registradas nas BR GAAP anteriormente apresentado, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com o CPC 25 na data de transição.

4.3.2.4. Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas

A Sociedade não possui tal isenção para venda ou operações descontinuadas na data de transição para os novos CPCs, portanto tal isenção não foi aplicável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder da Sociedade. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Caixa	5	-	4
Bancos conta movimento – País	19.128	111.397	10.620
Bancos conta movimento – Exterior	52.483	74.979	2.111
Outros	-	5	1.842
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>71.616</u>	<u>186.381</u>	<u>14.577</u>

	Taxa média de juros	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimento	Valor justo	Ganho/(perda) não realizado
PARA NEGOCIAÇÃO								
Renda fixa								
Quotas de fundo de investimento								
BB Extramercado exclusivo 22 (IV)		671.771	254.717	18.681	-	945.169	950.755	5.586
Exclusivo BB Extramercado 32 (IV)		170.188	340.478	31.714	-	542.380	543.833	1.453
Renda variável								
Quotas de fundo de investimento								
Exclusivo BB Ações 22 (V)		148.746	-	-	-	148.746	144.963	(3.783)
Exclusivo Bradesco SAFE (VI)		15.000	-	-	-	15.000	13.321	(1.679)
Subtotal		1.005.705	595.195	50.395	-	1.651.295	1.652.872	1.577
DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Renda fixa								
Títulos da dívida soberana (XI)		-	-	30.487	40.785	71.272	76.744	5.472
Brazilian Corporate Bonds (III)		61.618	-	-	-	61.618	-	61.618
Provisão para desvalorização (III)		(61.618)	-	-	-	(61.618)	-	(61.618)
Títulos do tesouro americano (XI)		6.823	9.084	6.673	-	22.580	22.807	227
Renda Variável								
Ações de empresas nacionais (VII)	-15,38%	5.352	-	-	-	5.352	-	(5.352)
American Deposits Receipt (VII)	-4,82%	11.265	-	-	-	11.265	6.058	(5.207)
Subtotal		23.440	9.084	37.160	40.785	110.469	105.609	(4.860)
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa								
Depósitos a prazo fixo (I)	0,58%	418.158	-	-	-	418.158	418.158	-
Outras aplicações (XI)		84.250	-	-	-	84.250	84.250	-
Subtotal		502.408	-	-	-	502.408	502.408	-
Total das aplicações circulantes		<u>1.531.553</u>	<u>604.279</u>	<u>87.555</u>	<u>40.785</u>	<u>2.264.172</u>	<u>2.260.889</u>	<u>(3.283)</u>
DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Renda fixa								
Letras Financeiras do Tesouro - Selic (X)	11,69%	491.508	1.795.703	-	-	2.287.211	2.287.408	197
Subtotal	-	491.508	1.795.703	-	-	2.287.211	2.287.408	197
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa								
Brazilian Corporate Bonds (III)	4,32%	-	-	50.008	-	50.008	49.719	(289)
Corporate Bonds - Nova Iorque (II)		-	-	-	1.750	1.750	1.049	(701)
Provisão para desvalorização (II)		-	-	-	(701)	(701)	-	701
Depósitos para prazo fixo no exterior (VIII)		170.687	-	-	-	170.687	-	(170.687)
Provisão para desvalorização (VIII)		(170.687)	-	-	-	(170.687)	-	170.687
Outras aplicações (XII)		142	-	-	-	142	1.194	1.052
Subtotal	-	142	-	50.008	1.049	51.199	51.962	763
Total das aplicações não circulantes	-	<u>491.650</u>	<u>1.795.703</u>	<u>50.008</u>	<u>1.049</u>	<u>2.338.410</u>	<u>2.339.370</u>	<u>960</u>

31/12/10								
	Taxa média de juros	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimento	Valor justo	Ganho/(perda) não realizado
PARA NEGOCIAÇÃO								
Renda fixa								
Quotas de fundo de investimento BB Extramercado exclusivo 22 (IV)		652.048	782.101	-	-	1.434.149	1.433.094	(1.055)
Exclusivo BB Extramercado 32 (IV)		16.971	217.252	17.991	-	252.214	252.193	(21)
Renda variável								
Quotas de fundo de investimento								
Exclusivo BB Ações 22 (V)		155.450	-	-	-	155.450	184.247	28.797
Subtotal		824.469	999.353	17.991	-	1.841.813	1.869.534	27.721
DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Renda fixa								
Títulos da dívida soberana (IX)	13,88%	-	11.037	14.116	30.461	55.614	54.519	(1.095)
Brazilian Corporate Bonds (III)	-	87.102	-	-	-	87.102	-	(87.102)
Provisão para desvalorização (III)	-	(87.102)	-	-	-	(87.102)	-	87.102
Renda variável								
Ações de empresas nacionais (VII)								
American Deposits Receipt (VII)	8,37%	14.636	-	-	-	14.636	13.234	(1.402)
Subtotal		21.041	11.037	14.116	30.461	76.655	69.705	(6.950)
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa								
Depósitos a prazo fixo (I)	0,36%	390.799	-	-	-	390.799	391.017	218
Outras aplicações (XII)	0,20%	67.165	-	-	-	67.165	67.165	-
Subtotal		457.964	-	-	-	457.964	458.182	218
Total das aplicações circulantes		1.303.474	1.010.390	32.107	30.461	2.376.432	2.397.421	20.989
DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Renda fixa								
Letras Financeiras do Tesouro (X)	9,77%	-	1.806.922	-	-	1.806.922	1.804.163	(2.759)
Subtotal		-	1.806.922	-	-	1.806.922	1.804.163	(2.759)
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa								
Brazilian Corporate Bonds (III)	4,32%	-	-	44.925	-	44.925	22.389	(22.536)
Provisão para desvalorização (III)	-	-	-	(22.536)	-	(22.536)	-	22.536
Corporate Bonds – Nova Iorque (II)	-	-	-	-	1.800	1.800	1.268	(532)
Provisão para desvalorização (II)	-	-	-	-	(532)	(532)	-	532
Depósitos a prazo fixo no exterior (VIII)	-	179.187	-	-	-	179.187	-	(179.187)
Provisão para desvalorização (VIII)	-	(179.187)	-	-	-	(179.187)	-	179.187
Outras aplicações (XII)	-	474	-	-	-	474	474	-
Subtotal	-	474	-	22.389	1.268	24.131	24.131	-
Total das aplicações não circulantes	-	474	1.806.922	22.389	1.268	1.831.053	1.828.294	(2.759)

01/01/10								
	Taxa média de juros	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimento	Valor justo	Ganho/(perda) não realizado
PARA NEGOCIAÇÃO								
Renda fixa								
Quotas de fundo de investimento BB Extramercado exclusivo 22 (IV)		889.663	686.690	71.537	-	1.647.890	1.647.149	(741)
Renda variável								
Quotas de fundo de investimento								
Exclusivo BB Ações 22 (V)		114.463	-	-	-	114.463	140.415	25.952
Subtotal		1.004.126	686.690	71.537	-	1.762.353	1.787.564	25.211
DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Renda fixa								
Títulos da dívida soberana (IX)	4,68%	4.174	46.482	23.415	74.819	148.890	146.009	(2.881)
Brazilian Corporate Bonds (III)	-	104.947	-	-	-	104.947	-	(104.947)
Provisão para desvalorização (III)	-	(104.947)	-	-	-	(104.947)	-	104.947
Renda variável								
Ações de empresas nacionais (VII)								
American Deposits Receipt (VII)	1,02%	4.155	-	-	-	4.155	4.149	(6)
Subtotal		19.419	46.482	23.415	74.819	164.135	189.264	25.129
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa								
Depósitos a prazo fixo (I)	1,11%	891.641	-	-	-	891.641	891.393	(248)
Outras aplicações (XII)	0,20%	2.087	-	-	-	2.087	2.096	9
Subtotal		893.728	-	-	-	893.728	893.489	(239)
Total das aplicações circulantes		1.917.273	733.172	94.952	74.819	2.820.216	2.870.317	50.101
DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Renda fixa								
Letras Financeiras do Tesouro (X)	9,94%	-	1.130.516	499.900	-	1.630.416	1.630.418	2
Brazilian Corporate Bonds (III)	4,32%	-	-	32.046	-	32.046	15.946	(16.100)
Provisão para desvalorização (III)	-	-	-	(16.100)	-	(16.100)	-	16.100
Subtotal		-	1.130.516	515.846	-	1.646.362	1.646.364	2
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa								
Corporate Bonds – Nova Iorque (II)	-16,74%	-	-	-	2.327	2.327	1.484	(843)
Provisão para desvalorização (II)	-	-	-	-	(843)	(843)	-	843
Depósitos a prazo fixo no exterior (VIII)	-	187.257	-	-	-	187.257	-	(187.257)
Provisão para desvalorização (VIII)	-	(187.257)	-	-	-	(187.257)	-	187.257
Outras aplicações (XII)	-	1.063	-	-	-	1.063	1.063	-
Subtotal		1.063	-	-	1.484	2.547	2.547	-
Total das aplicações não circulantes		1.063	1.130.516	515.846	1.484	1.648.909	1.648.911	2

(I) Depósitos a prazo fixo
 Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias, com taxas de juros de 0,22% a.a. a 1,70% a.a. em 31 de dezembro de 2011, (entre 15 a 135 dias e 0,256% a.a. a 0,98% a.a., em 31 de dezembro de 2010 e entre 30 a 181 dias e 0,18% a.a. a 1,0075% a.a., em 1 de janeiro de 2010). Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

(II) Corporate Bonds
 Os Corporate Bonds são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários. A Sociedade constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(III) Brazilian Bonds
 Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos,

denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Até 31 de dezembro de 2010 a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos e à razão de 50% para os títulos renegociados. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados os quais tiveram a provisão inteiramente revertida, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida. Os títulos renegociados tiveram sua classificação alterada de "Disponível para Venda" para "Mantidos até o Vencimento", em janeiro de 2010, em virtude de renegociações efetuadas com seus emitentes. Tal reclassificação foi realizada conforme preconizado pelo CPC 38.

(IV) Fundo de Investimento Exclusivo – Renda fixa
 O Fundo de Investimento BB Extramercado Exclusivo 22 – Renda Fixa compõe-se de:

31/12/11								
DESCRIÇÃO	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimentos	Valor justo	Vencimento (em dias)	
							Até 365	Acima de 365
Títulos para negociação:								
Letras Financeiras do Tesouro	395.464	198.413	18.681	-	612.558	612.478	47.584	564.974
Letras do Tesouro Nacional	131.099	43.483	-	-	174.582	179.628	18.899	155.683
Notas do Tesouro Nacional	19.060	12.855	-	-	31.915	32.549	19.060	12.855
Operações compromissadas	126.140	-	-	-	126.140	126.140	126.140	-
Outros	(14)	(34)	-	-	(48)	(48)	(14)	(47)
(-) Obrigações diversas	22	-	-	-	22	8	(22)	-
Total	671.771	254.717	18.681	-	945.169	950.755	211.704	733.465

31/12/10								
DESCRIÇÃO	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimentos	Valor justo	Vencimento (em dias)	
							Até 365	Acima de 365
Títulos para negociação:								
Letras Financeiras do Tesouro	324.544	734.261	-	-	1.058.805	1.058.223	45.879	1.012.344
Letras do Tesouro Nacional	181.555	47.896	-	-	229.451	228.884	212.073	16.811
Notas do Tesouro Nacional	30.359	-	-	-	30.359	30.453	-	30.453
Operações compromissadas	115.621	-	-	-	115.621	115.621	115.621	-
Outros	(11)	(56)	-	-	(67)	(67)	(11)	(56)
(-) Obrigações diversas	(20)	-	-	-	(20)	(20)	(20)	-
Total	652.048	782.101	-	-	1.434.149	1.433.094	373.542	1.059.552

01/01/10								
DESCRIÇÃO	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimentos	Valor justo	Vencimento (em dias)	
							Até 365	Acima de 365
Títulos para negociação:								
Letras Financeiras do Tesouro	490.987	657.638	71.537	-	1.220.162	1.219.796	440.717	779.079
Letras do Tesouro Nacional	222.123	-	-	-	222.123	221.779	154.547	67.232
Notas do Tesouro Nacional	-	29.052	-	-	29.052	29.021	-	29.052
Operações compromissadas	176.544	-	-	-	176.544	176.569	176.569	-
Outros	30	-	-	-	30	5	5	-
(-) Obrigações diversas	(21)	-	-	-	(21)	(21)	(21)	-
Total	889.663	686.690	71.537	-	1.647.890	1.647.149	771.817	875.363

O Fundo de Investimento BB Extramercado Exclusivo 32 – Renda Fixa compõe-se como segue:

31/12/11								
DESCRIÇÃO	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimentos	Valor justo	Vencimento (em dias)	
							Até 365	Acima de 365
Títulos para negociação:								
Letras Financeiras do Tesouro	44.685	313.625	31.714	-	390.024	390.021	-	390.025
Letras do Tesouro Nacional	22.989	26.869	-	-	49.858	51.314	4.718	45.140
Notas do Tesouro Nacional	1.048	-	-	-	1.048	1.048	1.048	-
Operações compromissadas	101.476	-	-	-	101.476	101.477	101.477	-
Outros	(1)	(4)	-	-	(5)	(5)	(1)	(5)
(-) Obrigações diversas	(9)	(12)	-	-	(21)	(22)	-	(22)
Total	170.188	340.478	31.714	-	542.380	543.833	107.242	435.138

DESCRIÇÃO	31/12/10						Vencimento (em dias)	
	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo mais rendimentos	Valor justo	Até 365	Acima de 365
Títulos para negociação:								
Letras Financeiras do Tesouro	216.853	17.991	-	-	234.844	234.836	-	234.844
Letras do Tesouro Nacional	9.974	399	-	-	10.373	10.361	2.923	7.450
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas	7.010	-	-	-	7.010	-	7.010	-
Outros	(3)	-	-	-	(3)	(4)	(3)	-
(-) Obrigações diversas	(10)	-	-	-	(10)	(10)	(10)	-
Total	16.971	217.252	17.991	-	252.214	252.193	9.920	242.294

(V) Fundo de Investimento Exclusivo – Renda variável:
 O Fundo de Investimento BB Ações 22 compõe-se de:

	Valor justo		
	31/12/11	31/12/10	01/01/10
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO			
Operações Compromissadas	-	2.320	5.056
Compra com revenda de LTN	-	2.320	5.056
Petróleo Brasileiro S A - Petrobras	12.657	42.356	33.632
Vale S.A.	25.522	35.364	24.183
Itaú Unibanco Holding S.A.	5.690	17.587	14.439
Banco Bradesco S.A.	11.050	12.198	7.658
Cia de Bebidas das Américas - AmBev	9.363	6.701	4.162
BM&F BOVESPA S.A.	3.489	5.243	4.047
Cia Siderúrgica Nacional	-	7.553	3.242
Gerdau S.A.	2.322	2.791	3.048
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	-	5.814	2.989
Banco do Brasil S.A.	-	5.309	2.733
ALL América Latina Logística S.A.	3.502	1.251	2.433
BRF- Brasil Foods S.A.	7.302	1.400	2.237
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	-	38	2.145
Lojas Americanas S.A.	3.838	753	2.134
Cia Brasileira de Distribuição - Pão de Açúcar	-	1.587	2.035
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas	-	1.828	2.756
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	2.761	13	1.775
Metalúrgica Gerdau	-	1.396	1.484
Cyrela Brazil Realty S.A.	-	1.191	1.766
Redecard S.A.	5.172	15	1.566
Bradespar S.A.	-	1.910	1.387
OGX Petróleo	8.299	8.160	-
PDG Realty	4.285	4.091	-
Tele Norte Leste Participações S.A. - Telemar	-	19	-
Outros	<u>38.958</u>	<u>16.884</u>	<u>14.075</u>
Contas a receber (pagar)	<u>753</u>	<u>475</u>	<u>(567)</u>
Total	144.963	184.247	140.415

(VI) Fundo de Investimento Exclusivo – Renda variável
 O Fundo de Investimento Bradesco SAFE (*) compõe-se de:

	Valor justo
	31/12/11
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	
Operações Compromissadas	-
Compra com revenda de NTN-B	593
Petróleo Brasileiro S A – Petrobras	2.475
Vale S.A.	1.885
Itaú Unibanco Holding S.A.	1.338
Banco Bradesco S.A.	1.023
Cia de Bebidas das Américas – AmBev	840
BM&F BOVESPA S.A.	301
Gerdau S.A.	286
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	433
Banco do Brasil S.A.	351
BRF- Brasil Foods S.A.	388
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	34
Lojas Americanas S.A.	85
Cia Brasileira de Distribuição - Pão de Açúcar	159
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas	71
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	178
OGX Petróleo	299
Outros	2.495
Contas a receber (pagar)	87
Total	13.321

(*) Este fundo foi adquirido em 2011.

(VII) Carteira própria – Renda variável

	Valor justo		
	31/12/11	31/12/10	01/01/10
DISPONÍVEL PARA VENDA			
Vale S.A.	-	-	23.188
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	-	-	13.446
Telefônica S.A.	-	-	2.472
Ações de Empresas Nacionais (**)(**)	-	1.952	39.106
American deposits receipt – Petrobras	6.058	13.234	4.149
Total disponível para venda	<u>6.058</u>	<u>15.186</u>	<u>43.255</u>

Os valores mobiliários de renda variável foram registrados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mercado secundário, divulgado pela BM&F Bovespa, com exceção dos ADR que são negociados na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

(*) Parte destas ações estão concedidas em garantia de processos judiciais.

(**) A variação na rubrica "Ações de empresas nacionais" decorreu, principalmente, devido à alienação das ações da Telefônica S.A

(VIII) Depósitos a prazo fixo no exterior

Referem-se a investimentos em *time deposits* emitidos, em dólares dos Estados Unidos, em instituição financeira no exterior (Banco Econômico), atualmente sob regime especial. O saldo investido encontra-se, integralmente, provisionado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 em função da expectativa da Administração da Sociedade de perda permanente de tais títulos.

(IX) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União, com taxas de juros de cupom de 4,875% a.a. a 10,25% a.a. em 31 de dezembro de 2011 (5,375% a.a a 10,5% a.a., respectivamente, em 2010) e 5,625% a.a. a 11% a.a. em 01 de janeiro de 2010).

(X) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil Re. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado.

(XI) Outras aplicações

Em 31 de dezembro de 2011, esse saldo refere-se, basicamente a cartas de crédito custodiadas no exterior, a títulos de empresas privadas e títulos públicos federais (Tesouro Nacional e empresas governamentais) dos Estados Unidos.

6.1. A Sociedade concedeu as seguintes ações em garantia de processos judiciais:

AÇÃO	31/12/11		31/12/10		01/01/10	
	Quantidade de ações (em lotes de mil ações)	Valor justo concedido em garantia	Quantidade de ações (em lotes de mil ações)	Valor justo concedido em garantia	Quantidade de ações (em lotes de mil ações)	Valor justo concedido em garantia
Telefônica S.A.	-	-	52	1.952	52	2.472
Finor	146.808	81	146.808	95	400.838	313
Total	146.808	81	146.860	2.047	400.890	2.785

7. CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo: Nível 1: Valores calculados utilizando-se dados (preços ou taxas) divulgados nos mercados ativos e Nível 2: Preços negociados sem ajustes em mercados ativos.

NÍVEL 1

- Ações de sociedade de capital aberto: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mercado secundário, divulgado pela BM&F Bovespa;

- Instrumentos financeiros derivativos: Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA;

- Títulos de renda fixa – públicos federais: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

- Fundos de investimento exclusivos uni cotistas: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, cujo ajuste dia a dia respeita a curva de rentabilidade original de aquisição. Conforme verificado na Nota nº 6, itens (IV), (V) e (VI), os fundos exclusivos do IRB Brasil Re são constituídos, basicamente, de ações de empresas nacionais e títulos públicos federais cotados e negociados no mercado ativo. Portanto, a Administração considerou os fundos de investimentos exclusivos como Nível 1.

NÍVEL 2

- Instrumentos financeiros que não sejam aqueles cotados e observáveis em mercado ativo.

8. CRÉDITOS E DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

As contas de créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os

saldos a receber e a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber e a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e a pagar e dos créditos e débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
ATIVO - CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES CIRCULANTE			
Operações com seguradoras	<u>1.380.448</u>	<u>724.955</u>	<u>1.388.872</u>
Prêmios e juros de resseguros a receber	1.280.365	645.436	1.252.698
Sobre riscos vigentes emitidos – RVE	846.941	211.731	260.803
Sobre riscos vigentes e não emitidos – RVNE	433.424	433.705	991.895
Salvados e ressarcimentos de resseguros a recuperar	8.206	9.578	1.724
Adiantamentos para liquidações de sinistros	91.877	60.128	128.696
Outros créditos com seguradoras	-	9.813	5.754
Operações com resseguradoras	<u>547.171</u>	<u>279.690</u>	<u>332.677</u>
Prêmios a receber	420.351	50.854	57.370
Sinistros de retrocessões a recuperar	123.101	202.097	227.835
Outros créditos com resseguradoras	3.719	26.739	47.472
Outros créditos operacionais	<u>116.410</u>	<u>4.616</u>	<u>5.247</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(123.174)	(110.330)	(124.865)
Total	1.920.855	898.931	1.601.931
NÃO CIRCULANTE			
Operações com seguradoras	<u>30.057</u>	<u>33.430</u>	<u>39.187</u>
Saldos de conta corrente de empresas em liquidação	30.057	33.430	39.187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(24.201)</u>	<u>(26.151)</u>	<u>(31.851)</u>
Total	5.856	7.279	7.336

Os juros aplicados sobre o fracionamento de prêmios são definidos em contrato no momento da negociação. A Sociedade constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% dos saldos a receber vencidos há mais de 60 dias. As posições identificadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 concentram-se descritas no quadro a seguir:

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Saldo no início do período	136.481	156.716	146.789
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	46.234	85.537	82.173
Ganhos com reversão de provisão	<u>(35.340)</u>	<u>(105.772)</u>	<u>(72.246)</u>
Saldo no final do período	147.375	136.481	156.716

Para determinar a recuperação dos saldos a receber de cliente, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, na data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
PASSIVO - DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES			
CIRCULANTE			
Operações com seguradoras	<u>233.268</u>	<u>60.369</u>	<u>81.500</u>
Prêmios e juros de retrocessões a pagar	25.634	579	728
Sinistros de resseguros a pagar	185.128	40.408	60.703
Retenção de provisões técnicas	2.041	15.278	15.233
Outros débitos com seguradoras	20.465	4.104	4.836
Operações com resseguradoras	<u>974.414</u>	<u>451.752</u>	<u>910.642</u>
Prêmios de retrocessões a pagar	973.962	414.810	886.509
Ajustamento de comissão	-	9.890	21.177
Outros débitos com resseguradoras	452	27.052	2.956
Corretores de resseguros e retrocessões	<u>36.882</u>	<u>3.311</u>	<u>2.118</u>
Outros débitos operacionais	<u>30.458</u>	<u>20.700</u>	<u>19.146</u>
Saldos a pagar a fundos e consórcios	2.057	13.730	12.778
Outros débitos	<u>28.401</u>	<u>6.970</u>	<u>6.368</u>
Total	1.275.022	536.132	1.013.406
NÃO CIRCULANTE			
Outros débitos operacionais	<u>709</u>	<u>766</u>	<u>860</u>
Total	709	766	860

O período médio para a liquidação financeira dos créditos e débitos das operações de retrocessão é de até dois meses após o fechamento trimestral das operações realizadas. A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Conforme descrito na nota 2.3.1, em 2011, nos contratos proporcionais, passou-se a considerar como prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Tais valores foram registrados na rubrica Prêmios e juros de resseguros a receber e Prêmios de retrocessões a pagar.

9. ATIVOS DE RETROCESSÃO – PROVISÕES TÉCNICAS

A Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores referentes a provisões técnicas desta natureza sofreram reclassificações e alterações em sua forma de apresentação, conforme descrito nas notas explicativas 4.1.4 a 4.1.7. Os montantes apropriados como Ativos de retrocessão são direitos estimados a recuperar de contrapartes decorrentes de operações de transferências de riscos por retrocessões realizadas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes de contratos de retrocessão de riscos.

9.1 Sinistros pendentes de pagamento, de sinistros ocorridos mas não avisados e de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados

	31/12/11		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Grupo de Ramos			
Patrimonial	605.376	60.920	52.408
Cascos	332.934	20.484	33.681
Responsabilidades	169.418	26.546	27.619
Riscos financeiros	159.233	53.372	24.153
Rural	21.651	3.308	542
Crédito	27.167	-	-
Automóveis	1.039	251	145
Transportes	60.004	12.038	3.361
Pessoas	29.942	7.030	1.248
Riscos especiais	189.931	2.407	4.239
Aeronáuticos	17.054	449	818
Total	1.613.749	186.805	148.214

	31/12/10		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Grupo de Ramos			
Patrimonial	701.963	74.646	77.143
Cascos	343.126	27.801	50.160
Responsabilidades	132.670	20.794	24.544
Riscos financeiros	158.738	33.572	18.805
Rural	7.585	5.435	794
Crédito	42.830	22.123	4.620
Automóveis	1.382	206	109
Transportes	46.200	12.275	3.446
Pessoas	29.429	8.584	1.425
Riscos especiais	56.199	2.312	4.160
Total	1.520.122	207.748	185.206

	01/01/10		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Grupo de Ramos			
Patrimonial	892.739	66.600	98.305
Cascos	515.703	55.810	76.806
Responsabilidades	134.006	32.862	38.317
Riscos financeiros	141.227	13.124	6.849
Rural	74.981	2.501	805
Crédito	110.354	5.027	3.811
Automóveis	1.032	15.276	9.098
Transportes	38.304	38.299	36.963
Pessoas	33.126	9.959	178
Riscos especiais	78.667	996	7.679
Total	2.020.139	240.454	278.811

9.1.1 Movimentação

	31/12/11		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Saldo em 1º de janeiro de 2010	1.520.122	207.748	185.206
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(300.967)	(36.954)	(53.114)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	394.594	16.011	16.122
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.613.749	186.805	148.214

	31/12/10		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Saldo em 1º de janeiro de 2010	2.020.139	240.454	278.811
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(519.222)	(140.346)	(145.158)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	19.205	107.640	51.553
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.520.122	207.748	185.206

9.2 Prêmio de retrocessão diferido

	31/12/11			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE	RVNE	RVE	RVNE
Grupo de Ramos				
Patrimonial	235.965	31.655	(20.586)	(4.349)
Cascos	1.123	17.771	(37)	(352)
Responsabilidades	16.421	5.005	(652)	(388)
Riscos financeiros	42.088	12.835	(11.139)	(2.676)
Rural	136.148	6.703	(38.763)	(1.516)
Crédito	-	-	-	-
Automóveis	572	273	(24)	(12)
Transportes	322	2.282	(16)	(5)
Pessoas	5.448	6.772	-	(567)
Riscos especiais	27.532	25.239	(1.335)	(1.605)
Habitacional	-	-	-	-
Marítimos	3.431	1.274	-	-
Aeronáuticos	8.650	1.196	(166)	(30)
Outros	-	-	(766)	-
Total	477.700	111.005	(73.484)	(11.500)

	31/12/10			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE	RVNE	RVE	RVNE
Grupo de Ramos				
Patrimonial	91.439	45.248	(4.505)	(2.560)
Cascos	18.284	25.389	(135)	(290)
Responsabilidades	4.869	11.974	(648)	(928)
Riscos financeiros	8.368	7.552	(1.959)	(1.077)
Rural	33.932	17.839	(7.453)	(5.250)
Crédito	14.136	6.725	(2.637)	(1.390)
Automóveis	55	45	-	-
Transportes	-	1704	-	(21)
Pessoas	1.177	4.828	-	(516)
Riscos especiais	9.607	16.266	(52)	(137)
Outros	-	219	-	(61)
Total	181.867	137.789	(17.389)	(12.230)

	01/01/10			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE	RVNE	RVE	RVNE
Grupo de Ramos				
Patrimonial	138.828	249.443	(2.650)	(12.569)
Cascos	28.276	50.285	(561)	(109)
Responsabilidades	8.690	36.554	(1.388)	(1.641)
Riscos financeiros	13.703	12.539	(2.770)	(2.441)
Rural	69.558	23.215	(15.698)	(4.514)
Crédito	10.427	14.911	(2.855)	(3.657)
Automóveis	-	51	-	-
Transportes	443	5.584	-	(82)
Pessoas	1.755	2.142	-	(205)
Riscos especiais	22.171	31.304	-	(179)
Habitacional	-	-	-	-
Outros	1.032	-	(52)	-
Total	294.883	426.028	(25.974)	(25.397)

9.2.1 Movimentação

	31/12/11			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	Retrocessão	Retrocessão	Retrocessão	Retrocessão
Saldo em 31 de dezembro de 2010	181.867	137.789	(17.389)	(12.230)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(78.079)	(45.054)	22.953	21.419
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	373.912	18.270	(79.047)	(20.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	477.700	111.005	(73.484)	(11.500)

 RVNE – Riscos vigentes não emitidos.
 RVE – Riscos vigentes emitidos.

	31/12/10			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	Retrocessão	Retrocessão	Retrocessão	Retrocessão
Saldo em 1º de janeiro de 2010	294.883	426.028	(25.974)	(25.397)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(154.420)	(309.268)	18.403	29.580
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	41.404	21.029	(9.818)	16.413
Saldo em 31 de dezembro de 2010	181.867	137.789	(17.389)	(12.230)

 RVNE – Riscos vigentes não emitidos.
 RVE – Riscos vigentes emitidos.

9.3 Provisão para excedente técnico

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Patrimonial	618	1.130	-
Cascos	48	48	-
Riscos financeiros	5.162	3.055	10.242
Pessoas	5.757	5.946	9.458
Riscos especiais	12	30	-
Outros	-	-	101
Total	11.549	10.209	19.801

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
CIRCULANTE			
Valores a receber de shopping centers	12.171	11.151	10.303
Tributos a recuperar sobre comissões de corretagem	4.864	-	-

Valores a receber de acordos judiciais (*)	13.954	9.533	-
Dividendos a receber	2.115	3.172	70
Valores a receber – Despesas médicas/INSS/Aposentados	2.474	265	218
Outros	1.654	295	623
Total	37.232	24.416	11.214
NÃO CIRCULANTE			
Valores a receber da Caixa Econômica Federal	14.354	14.354	14.354
Valores a receber de acordos judiciais (*)	23.825	9.533	-
Total	38.179	23.887	14.354

(*) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

11. IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Investimentos em shopping centers	223.039	258.062	241.466
Outros imóveis destinados a renda (*)	16.490	1.487	1.664
Provisão para desvalorização (**)	(21.258)	(33.674)	(26.260)
Total	218.271	225.875	216.870

(*) Variação identificada em 31 de dezembro de 2011 refere-se a reclassificação contábil realizada do terreno sito a Avenida Beira Mar, Centro da cidade do Rio de Janeiro, passando este a ser tratado como propriedade de investimentos.

(**) A provisão para desvalorização refere-se aos investimentos nos shoppings centers.

	31/12/11	31/12/10
	R\$	R\$
Saldo no início do período	225.875	216.870
Adições	-	-
Custos de construção incorridos para imóveis destinados a renda em construção	26.180	16.596
Transferência de uso para renda	15.003	-
Reversão (Provisão) de desvalorização de investimento	12.803	(7.414)
Depreciação acumulada dos imóveis destinados à renda	(3.652)	(9)
Alienação de imóveis	(57.938)	(168)
Saldo no fim do período	218.271	225.875

No exercício de 2011, o IRB-Brasil Re alienou as participações dos empreendimentos Iguatemi Campinas e Iguatemi São Paulo, correspondendo a 5% e 7% do total dos investimentos em shoppings, respectivamente. O processo de venda respeitou os princípios da Lei 8.666/93 e por motivo de transparência e visibilidade, a BMF Bovespa foi contratada para conduzir o processo de Leilão. O resultado do leilão foi de R\$35.175 (preço mínimo estabelecido) para o Iguatemi Campinas e R\$107.000 (ágio de 8,2%) para o Iguatemi São Paulo, totalizando o montante de R\$142.175.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade avaliou a vida útil dos shoppings em linha com o CPC 27 – Ativo imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Essa revisão resultou no cálculo de depreciação prospectiva baseada na vida útil destes ativos analisados em média para 42 anos, resultando numa despesa de depreciação no exercício de 2011 no montante de R\$3.652.

Os investimentos em shopping centers constituem-se dos seguintes centros comerciais, todos em operação: Casa Shopping – Rio de Janeiro – RJ (20%); Park Shopping – Brasília – DF (20%); Iguatemi – Maceió – AL (20%); Amazonas – Manaus – AM (34,79% sobre as lojas âncoras, 11,91% sobre as lojas satélites e 10,94% da 2ª fase da expansão); Esplanada – Sorocaba – SP (15%); Praia de Belas – Porto Alegre – RS (20%); Minas Shopping – Belo Horizonte – MG (19,13%); West Plaza – São Paulo – SP (25%) e Shopping Barra – Salvador – BA (20%). Os investimentos em shopping centers são registrados ao custo. A Sociedade apura, anualmente, o valor do fluxo de caixa futuro esperado para estes investimentos, descontado a valor presente, à taxa de juros de 10% a.a. em 31 de dezembro de 2011 (10% a.a. em 31 de dezembro 2010 e 01 de janeiro de 2010) e contabiliza uma provisão para perdas sobre o valor contábil que supera o respectivo valor apurado conforme determina o Pronunciamento Técnico 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Em 31 de dezembro de 2011 o valor justo deste investimento era de R\$ 358.421.

Em dezembro de 2011, as receitas líquidas auferidas, na forma de aluguéis, com imóveis de renda e lojas dos shoppings centers, totalizaram R\$61.822 (R\$44.251, em 31 de dezembro de 2010) e encontram-se registradas na rubrica "Receitas com imóveis de renda, líquidas".

Todas as propriedades para investimento da Sociedade são mantidas sob direito de propriedade plena.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual (%)	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Terrenos	-	1.300	16.303	16.303
Imóveis	4	20.174	20.516	19.588
Equipamentos de processamento de dados	20	28.734	23.417	20.239
Equipamentos de telecomunicações	10	591	466	466
Móveis e utensílios	10	3.507	3.841	3.407
Máquinas e equipamentos	10	2.899	2.446	2.322
Outros	-	-	90	78
Subtotal	-	57.205	67.079	62.403
(-) Depreciação acumulada	-	(30.337)	(27.628)	(24.140)
Total	-	26.868	39.451	38.263

	Terrenos	Imóveis	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.303	20.516	23.417	466	3.841	2.446	90	67.079
Adições	-	20	7.258	10	30	454	56	7.828
Baixas	-	(362)	(1.144)	(6)	(323)	(288)	(146)	(2.269)
Transferências/reclassificações	(15.003)	-	(794)	121	(41)	287	-	(15.430)
Outros	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.300	20.174	28.734	591	3.507	2.899	-	57.205

(*) Refere-se à reclassificação contábil realizada do terreno sito à Avenida Beira Mar, Centro da cidade do Rio de Janeiro, passando este a ser tratado como imóveis destinados à renda, no valor de R\$ 15.003 e a reclassificação de software para o intangível, no valor de R\$ 425.

	Terrenos	Imóveis	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	16.303	19.588	20.239	466	3.407	2.322	78	62.403
Adições	-	1.461	3.255	-	475	143	12	5.346
Baixas	-	(533)	(36)	-	(41)	(60)	-	(670)
Outros	-	-	(41)	-	-	41	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.303	20.516	23.417	466	3.841	2.446	90	67.079

	Edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Depreciação acumulada e redução ao valor recuperável							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(8.424)	(14.865)	(251)	(2.402)	(1.656)	(30)	(27.628)
Alienação de ativos	347	1.110	5	299	274	30	2.065
Despesas de depreciação	(582)	(3.785)	(46)	(259)	(169)	-	(4.841)
Outros	-	432	(88)	8	(285)	-	67
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(8.659)	(17.108)	(380)	(2.354)	(1.836)	-	(30.337)

	Edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Depreciação acumulada e redução ao valor recuperável							

12.1. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no período
Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável nos períodos apresentados.

13. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização anual (%)	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Gastos de implantação de sistemas e métodos	20	25.955	13.436	12.419
Gastos com desenvolvimento de sistemas (*)		7.378	6.721	-
(-) Amortização acumulada		(11.207)	(9.362)	(7.464)
Total		22.126	10.795	4.955

(*) Valor referente ao desenvolvimento e implementação da plataforma ERP.

	Gasto com Implantação	Gasto com Desenvolvimento	Amortização Acumulada	Total
Saldo 31/12/2010	13.436	6.721	(9.362)	10.795
Adição	6	12.745	-	12.751
Transferência	12.513	(12.513)	-	-
Reclassificação	-	425	-	425
Amortização	-	-	(1.845)	(1.845)
Saldo 31/12/2011	25.955	7.378	(11.207)	22.126

	Gasto com Implantação	Gasto com Desenvolvimento	Amortização Acumulada	Total
Saldo 01/01/2010	12.419	-	(7.464)	4.955
Adição	-	6.721	-	6.721
Baixa	1.017	-	-	1.017
Amortização	-	-	(1.898)	(1.898)
Saldo 31/12/2010	13.436	6.721	(9.362)	10.795

13.1. Perdas por redução ao valor recuperável
Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável nos períodos apresentados.

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO

14.1. Provisão de prêmios não ganhos e Custos de aquisição

14.1.1. Composição

Grupo de Ramos	31/12/11			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferido	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Patrimonial	373.494	85.331	(35.683)	(10.615)
Cascos	4.190	37.501	(76)	(1.390)
Responsabilidades	31.485	14.998	(2.228)	(1.376)
Riscos financeiros	128.044	35.089	(42.537)	(9.485)
Rural	230.428	17.063	(60.716)	(3.748)
Automóveis	7.034	25.528	(660)	1.361
Transportes	37.378	8.980	(14.925)	(1.704)
Pessoas	10.711	25.646	-	(210)
Riscos especiais	33.875	35.568	(1.058)	(2.985)
Habitacional	1.891	5.533	(144)	(915)
Marítimos	14.446	2.049	(912)	(146)
Aeronáuticos	27.434	6.868	(75)	(500)
Outros	20.840	30.896	(2.806)	(3.836)
Total	921.250	331.050	(161.820)	(35.549)

Grupo de Ramos	31/12/10			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Patrimonial	136.652	103.221	(12.284)	(8.793)
Cascos	42.289	40.609	(887)	(1.406)
Responsabilidades	16.751	21.887	(1.454)	(2.498)
Riscos financeiros	41.385	27.825	(13.186)	(3.202)
Rural	85.667	32.861	(18.163)	(8.659)
Crédito	19.918	10.079	(3.558)	(2.431)
Automóveis	27.657	46.455	(4.584)	(12.617)
Transportes	2.551	8.836	-	(2.555)
Pessoas	8.885	17.958	-	(387)
Riscos especiais	15.218	19.722	(29)	(414)
Habitacional	514	5.186	-	(939)
Outros	4.445	32.086	-	(5.793)
Total	401.932	366.725	(54.145)	(49.694)

Grupo de Ramos	01/01/10			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Patrimonial	207.036	377.698	(19.621)	10.094
Cascos	67.937	80.705	(968)	1.832
Responsabilidades	24.113	63.270	(2.726)	3.527
Riscos financeiros	50.717	33.798	(13.129)	16.174
Rural	117.540	53.237	(24.701)	12.672
Crédito	16.293	23.157	(4.005)	2.072
Automóveis	52.518	30.169	(16.060)	7.226
Transportes	4.487	34.145	-	(3.820)
Pessoas	8.058	35.793	-	(142)
Riscos especiais	27.715	36.477	(6)	(172)
Habitacional	1.313	10.738	-	3.055
Outros	2.710	19.549	-	603
Total	580.437	798.736	(81.216)	(53.121)

RVNE – Riscos vigentes não emitidos. RVE – Riscos vigentes emitidos.

14.1.2. Movimentação

	31/12/11			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2010	401.932	366.725	(54.145)	(49.694)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(99.906)	(95.611)	(33.531)	(42.667)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	619.224	59.936	(141.206)	(56.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	921.250	331.050	(161.820)	(35.549)

	31/12/10			
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Saldo em 1º de janeiro de 2010	580.437	798.736	(81.216)	(53.121)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(242.555)	(477.387)	(41.958)	(46.214)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	64.050	45.376	14.887	42.787
Saldo em 31 de dezembro de 2010	401.932	366.725	(54.145)	(49.694)

RVNE – Riscos vigentes não emitidos. RVE – Riscos vigentes emitidos.

14.2. Provisões de sinistros a liquidar, de sinistros ocorridos mas não avisados e de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados

14.2.1. Composição

Grupo de Ramos	31/12/11		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	(1.172.295)	(131.105)	(103.546)
Cascos	(452.663)	(33.518)	(47.062)
Responsabilidades	(505.494)	(88.004)	(76.695)
Riscos financeiros	(257.796)	(89.734)	(41.691)
Rural	(62.634)	(5.841)	(958)
Crédito	(65.944)	-	-
Automóveis	(162.460)	(40.864)	(23.966)
Transportes	(121.470)	(26.179)	(8.056)
Pessoas	(115.615)	(22.592)	(4.010)
Riscos especiais	(201.302)	(3.200)	(5.465)
Habitacional	(25.284)	(5.856)	(1.074)
Marítimos	(275)	-	-
Aeronáuticos	(31.939)	(759)	(1.237)
Run-off (Londres)	(79.449)	(110.661)	-
Outros	(145.034)	(22.479)	(31.053)
Total	(3.399.654)	(580.792)	(344.813)

Grupo de Ramos	31/12/10		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	(1.254.189)	(151.463)	(123.852)
Cascos	(457.303)	(41.319)	(65.504)
Responsabilidades	(454.233)	(72.322)	(66.668)
Riscos financeiros	(261.723)	(59.049)	(33.858)
Rural	(33.710)	(7.975)	(1.165)
Crédito	(79.972)	(32.868)	(6.874)
Automóveis	(146.176)	(44.170)	(25.305)
Transportes	(114.525)	(29.759)	(9.270)
Pessoas	(104.588)	(28.261)	(4.694)
Riscos especiais	(71.522)	(3.129)	(5.440)
Habitacional	(18.721)	(5.898)	(1.243)
Run-off (Londres)	(73.397)	(102.186)	-
Outros	(116.002)	(20.397)	(14.815)
Total	(3.186.061)	(598.796)	(358.688)

Grupo de Ramos	01/01/10		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	(1.469.924)	(161.318)	(192.949)
Cascos	(683.476)	(80.517)	(110.987)
Responsabilidades	(447.980)	(79.252)	(90.284)
Riscos financeiros	(231.164)	(34.729)	(20.702)
Rural	(135.198)	(7.129)	(2.247)
Crédito	(161.508)	(13.184)	(10.601)
Automóveis	(134.660)	(42.336)	(25.337)
Transportes	(109.409)	(54.570)	(52.820)
Pessoas	(119.382)	(27.611)	(1.862)
Riscos especiais	(98.690)	(1.394)	(10.479)
Habitacional	(16.587)	(8.666)	(5.579)
Run-off (Londres)	(81.687)	(111.061)	-
Outros	(80.503)	(10.707)	(16.202)
Total	(3.770.168)	(632.474)	(540.049)

14.2.2. Movimentação

	31/12/11		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.186.061)	(598.796)	(358.688)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	768.382	253.126	49.835
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	(981.975)	(235.122)	(35.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(3.399.654)	(580.792)	(344.813)

Grupo de Ramos	31/12/10		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(3.770.168)	(632.474)	(540.049)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	760.036	181.980	231.389
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	(175.929)	(148.302)	(50.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.186.061)	(598.796)	358.688

14.2.3. Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro 2011, 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2010, a rubrica Sinistros a Liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Sociedade.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída (Nota explicativa nº 16):

Probabilidade	31/12/11			
	Quantidade	Valor de exposição total (*)	%	Sinistro a liquidar
Provável	1.339	286.094	64	183.100
Possível	1.103	102.229	51	52.137
Remota	391	29.874	20	5.975
Total	2.833	418.197		241.212

Probabilidade	31/12/10			
	Quantidade	Valor de exposição total (*)	%	Sinistro a liquidar
Provável	1.608	231.026	55	127.064
Possível	1.289	156.939	38	59.637
Remota	730	89.605	17	15.233
Total	3.627	477.570		201.934

Probabilidade	01/01/10			
	Quantidade	Valor de exposição total (*)	%	Sinistro a liquidar
Provável	1.709	229.874	55	126.431
Possível	1.218	118.724	38	45.115
Remota	307	146.435	17	24.894
Total	3.234	495.033		196.440

*valor líquido de retrocessão

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes a retrocessão estão classificados no grupamento "Ativos de Retrocessão – Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

14.2.4. Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

Grupo de Ramos	Provisão para excedentes técnicos		
	31/12/11	31/12/10	01/01/10
	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	(2.146)	(2.504)	(1.452)
Cascos	-	(52)	(100)
Riscos financeiros	(12.425)	(6.721)	(11.491)
Crédito	-	-	(219)
Automóveis	-	-	(2)
Pessoas	(20.010)	(20.726)	(18.432)
Riscos especiais	(20)	(32)	(55)
Habitacional	(330)	(143)	(84)
Outros	(1)	-	(102)
Total	(34.932)	(30.178)	(31.937)

15. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Sociedade possuíam a seguinte cobertura, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e 1 de janeiro de 2010:

	31/12/11	31/12/10	01/
--	----------	----------	-----

19.4.2. Ajustes acumulados de conversão

Registra os efeitos das variações da taxa de câmbio de sucursal no exterior.

	31/12/11	31/12/10
	R\$	R\$
Saldo no início do período	103	439
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	926	(336)
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.029</u>	<u>103</u>

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Sociedade das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Sociedade (ou seja, reais) são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

19.5. Destinação do lucro líquido do exercício

O dividendo mínimo anual, como determinado no Estatuto da Sociedade, é calculado à razão de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. As ações preferenciais, sem direito a voto, gozam da prioridade na distribuição de dividendos, sendo o valor a elas atribuído 10% maior que o atribuído às ações ordinárias.

O Conselho de Administração da Sociedade, com base nas disposições estatutárias, propõe à Assembléia Geral Ordinária a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2011, no montante de R\$331.905 (R\$284.524, em 2010), correspondendo a R\$ 347,71 (R\$298,07 em 2010) por ação preferencial e R\$316,10 (R\$270,98 em 2010) por ação ordinária, correspondendo a 75,00% do lucro base para a distribuição de dividendos. Os dividendos propostos incluem a parcela de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$125.000, pagos em 30 de dezembro de 2011 (R\$118.000 em 2010).

Os dividendos adicionais aos 25% determinados como dividendos mínimos obrigatórios não foram reconhecidos como passivo nessas demonstrações contábeis e estão sujeitos à aprovação pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

A destinação dos resultados de 2011 e de 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	2011	2010
Lucro líquido do Exercício	465.832	399.333 ^(*)
Reserva legal – 5%	<u>(23.292)</u>	<u>(19.967)</u>
	442.540	379.366
(=) Lucro base para determinação dos dividendos	442.540	379.366
	<u>75,00%</u>	<u>75,00%</u>
Dividendos:	331.905	284.524
Ações preferenciais	173.855	149.036
Ações ordinárias	158.050	135.488
Dividendos mínimos	110.635	94.841
Dividendos adicionais	221.270	189.683
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	<u>(115.179)</u>	<u>(108.729)</u>
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	<u>(9.821)</u>	<u>(9.271)</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>206.905</u>	<u>166.524</u>

(*) Os dividendos de 2010 foram calculados tendo por base o lucro líquido originalmente apresentado que não contempla os ajustes descritos na nota nº 4.

O Conselho de Administração da Sociedade, com base no § 4º do art. 54 do Estatuto Social, propõe, ainda, que o saldo remanescente dos lucros, no montante de R\$110.635 em 31 de dezembro de 2011 (R\$94.842, em 2010), seja utilizado na constituição de reserva para reinvestimento reinvestimento para atender ao programa anual de investimentos, com base no orçamento de capital aprovado para os próximos anos.

Dividendos pagos (sem atualização)

Durante o ano de 2011, foram pagos aos acionistas dividendos de R\$166.524, sendo estes referentes ao ano de 2010, a razão de R\$158,59 por ação ordinária e de R\$174,45 por ação preferencial.

Durante o ano de 2010, foram pagos aos acionistas dividendos de R\$120.587, sendo estes referentes ao ano de 2009, a razão de R\$114,84 por ação ordinária e de R\$126,33 por ação preferencial.

20. CAPITAL MÍNIMO E ADICIONAL

As Resoluções CNSP nº 168/2006 e 188/2008 e Circulares SUSEP nº 411/2010 e 414/2010 tratam especificamente do capital adicional para risco de subscrição. A Resolução CNSP nº 228/2010 refere-se ao capital adicional para risco de crédito, enquanto a Resolução CNSP nº 227/2010 dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais.

Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I. Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar e é equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

II. Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III. Capital adicional: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

Até que o CNSP regule as regras de requerimento de capital adicional pertinente aos demais riscos, para todos os efeitos, o capital mínimo requerido para os resseguradores locais deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional, definido nos termos do anexo V da Resolução CNSP nº 227/2010, e o valor máximo entre:

(a) 20% do total de prêmios retidos nos últimos 12 meses;

(b) 33% da média anual do total dos sinistros retidos nos últimos 36 meses.

20.1. Capital Adicional para Risco de Subscrição

As Resoluções CNSP nº 168/2006 e 188/2008 e Circulares SUSEP 411/2010 e 414/2010 tratam do capital adicional para riscos de subscrição, para todas as entidades supervisionadas.

As referidas regulamentações visam manter a solvência dos resseguradores, a fim de suportar oscilações em caso de provisões inadequadas.

O capital adicional relativo aos riscos de subscrição dos resseguradores locais é composto pela soma de duas parcelas:

I – a raiz quadrada dos somatórios dos prêmios e sinistros retidos, sendo estes ponderados pelos fatores relativos ao risco de provisão de sinistro e correlação entre as classes de negócio e aqueles ponderados pelos fatores relativos ao risco de emissão/precificação e correlação entre os segmentos de mercado;

II – o valor obtido pela aplicação do modelo de margem de solvência para os resseguros não proporcionais.

20.2. Capital Adicional para Risco de Crédito

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) regulamentou o Capital Adicional para Risco de Crédito através da publicação da Resolução CNSP nº 228/2010, que dispõe acerca dos critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.

A regulação do capital baseado em risco busca aumentar o nível de solvência das supervisionadas que atuam no mercado nacional, possibilitando-as honrar o compromisso de pagar as indenizações e benefícios aos seus segurados, o que, por sua vez, é fundamental para a credibilidade do mercado nacional em um ambiente globalizado.

Com base neste aspecto, a Resolução CNSP nº 228/2010, estabelece o modelo de cálculo do capital adicional baseado no risco de crédito dos mercados de seguros e resseguros. Nesta abordagem, define-se como risco de crédito o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou a desvalorização de recebíveis decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador ou contraparte.

Na referida resolução, a mensuração do risco de crédito foi dividida em duas partes: (1) risco de crédito associado aos recebíveis de resseguradores, seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização e (2) risco de crédito dos demais recebíveis.

A primeira parte é obtida a partir da raiz quadrada do somatório da multiplicação entre fator de risco e a exposição das contrapartes, considerando as diversas contrapartes. O fator de risco citado será mensurado em função do grau de risco, que é definido pelo tipo (local, admitido, eventual ou não cadastrado) e *rating* da contraparte.

A segunda parte é obtida a partir da aplicação do coeficiente 0,11 ao somatório da multiplicação entre o fator de ponderação de risco referente às exposições de valores, aplicações, créditos, títulos ou direitos registrados pela sociedade supervisionada e o valor de sua exposição ao risco de crédito. O coeficiente de 0,11 é utilizado pelo Banco Central para o cálculo do patrimônio líquido exigido para bancos, quando este fator for utilizado para as instituições financeiras, exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito e agências de fomento.

Cálculo do Capital Adicional

O cálculo efetuado pelo IRB-Brasil Re, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Com data base em 31 de dezembro de 2011, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido.

	2011	2010
Capital adicional para risco de subscrição	255.421	195.055
Capital adicional para risco de crédito	323.365	-
Capital adicional total	502.393	195.055
Capital base	60.000	60.000
Capital base + adicional	562.393	255.055
20% do total de prêmios retidos nos últimos 12 meses	224.726	191.711
33% da média anual do total dos sinistros retidos nos últimos 36 meses	409.557	310.296
Margem de solvência	409.557	310.296
Capital mínimo requerido	562.393	310.296
Patrimônio líquido ajustado	2.393.643	2.113.119
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	1.831.249	1.802.823

21. DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

Em 31 de dezembro, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

21.1. Prêmios ganhos – Principais grupos de atuação

Grupos de Ramos	31/12/11			31/12/10		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
		%	%		%	%
Patrimonial	607.970	57,8%	6,2%	585.817	76,9%	12,7%
Riscos especiais	125.290	118,6%	0,2%	58.221	(14,8%)	2,0%
Responsabilidades	48.502	234,7%	6,2%	72.273	26,0%	13,5%
Cascos	94.337	162,7%	2,1%	152.990	(62,6%)	4,6%
Automóveis	66.221	126,3%	13,6%	111.991	99,8%	24,9%
Transportes	57.937	30,2%	9,8%	39.731	(36,9%)	14,6%
Riscos financeiros	140.352	38,3%	30,6%	128.861	54,8%	25,7%
Créditos	52.924	(70,7%)	13,7%	39.923	13,8%	30,0%
Pessoas	153.203	48,4%	-	161.445	56,4%	3,0%
Habitacional	37.595	31,6%	16,9%	30.173	11,7%	14,3%

Rural	176.011	47,2%	19,8%	227.220	12,4%	23,3%
Marítimo	14.672	1,9%	0,9%	-	-	-
Aeronáutico	50.749	70,3%	5,0%	-	-	-
Outros	42.694	230,9%	10,9%	12.880	722,6%	48,9%
Total	<u>1.668.457</u>	<u>71,2%</u>	<u>10,3%</u>	<u>1.621.525</u>	<u>46,5%</u>	<u>16,8%</u>

21.2. Sinistros ocorridos - Principais grupos de atuação

Grupos de Ramos	31/12/11				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação de IBNER	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(398.357)	6.888	20.359	19.687	(351.423)
Cascos	(185.827)	7.349	7.447	17.550	(153.481)
Responsabilidades	(88.250)	60	(15.640)	(9.995)	(113.825)
Riscos financeiros	(28.220)	12.338	(30.112)	(7.720)	(53.714)
Rural	(86.275)	802	2.134	208	(83.131)
Créditos	(8.260)	6.630	32.280	6.753	37.403
Automóveis	(90.419)	2.136	3.320	1.344	(83.619)
Transportes	(40.263)	18.349	3.291	1.445	(17.478)
Pessoas	(80.595)	-	5.670	684	(74.241)
Riscos especiais	(148.453)	-	(101)	(98)	(148.652)
Habitacional	(12.093)	-	42	169	(11.882)
Marítimos	(275)	-	-	(1)	(276)
Aeronáuticos	(33.721)	-	(737)	(1.199)	(35.657)
Outros	(80.492)	-	(2.355)	(15.738)	(98.585)
Total	<u>(1.281.500)</u>	<u>54.552</u>	<u>25.598</u>	<u>12.789</u>	<u>(1.188.561)</u>

Grupos de Ramos	31/12/10				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação de IBNER	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(534.174)	7.166	9.696	66.955	(450.356)
Cascos	(107.486)	119.817	40.741	42.751	95.823
Responsabilidades	(48.699)	76	6.858	22.984	(18.781)
Riscos financeiros	(48.753)	15.576	(24.216)	(13.183)	(70.575)
Rural	(28.808)	354	(846)	1.082	(28.218)
Créditos	(5.734)	16.191	(19.704)	3.726	(5.521)
Automóveis	(125.619)	9.530	(1.893)	19	(117.963)
Transportes	(62.318)	7.839	24.744	44.410	14.675
Pessoas	(87.650)	-	(650)	(2.832)	(91.132)
Riscos especiais	5.509	-	(1.861)	4.987	8.635
Habitacional	(10.622)	-	2.768	4.336	(3.518)
Marítimos	-	-	-	-	-
Aeronáuticos	-	-	-	-	-
Outros	(81.598)	-	(11.737)	259	(93.078)
Total	<u>(1.135.952)</u>	<u>176.549</u>	<u>23.900</u>	<u>175.494</u>	<u>(760.009)</u>

21.3. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

21.3.1. Resultado com Retrocessões

	31/12/11	31/12/10
Prêmios de retrocessão cedidos	(982.338)	(388.568)
Variação das provisões técnicas – retrocessão cedida	271.511	(388.666)
Recuperação de indenização de retrocessão	541.034	386.719
Variação da Provisão de IBNR - retrocessão	(20.583)	(33.960)
Variação da Provisão de IBNER - retrocessão	(35.600)	(89.391)
Salvados e ressarcimentos - retrocessões	(24.528)	(138.463)
Outras receitas e despesas com retrocessões	<u>68.324</u>	<u>94.048</u>
Total	<u>(182.180)</u>	<u>(558.281)</u>

21.3.2. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/11	31/12/10
Participação em resultados operacionais – Resseguro e Retrocessão	(8.007)	(9.218)
Recuperação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	508	15.028
Constituição (reversão) de provisão para riscos de crédito	(10.894)	20.235
Comissão referente à administração do Fundo EURE/GGF	-	81.167
Comissão escalonada de retrocessão	-	(19.214)
Perdas (reversões) no recebimento de créditos</		

Exclusões do lucro:				
Reversão da provisão para contingências trabalhistas	(15.595)	(15.595)	(9.052)	(9.052)
Reversão da provisão para contingências fiscais e previdenciárias	-	-	(1.344)	(1.344)
Reversão da provisão para desvalorização de investimentos	(69.881)	(69.881)	(13.248)	(13.248)
Reversão para contingências cíveis	-	-	(576)	(576)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.410)	(29.410)	(105.772)	(105.772)
Reversão de provisão trabalhista	(38.404)	(38.404)	(63.029)	(63.029)
Dividendos recebidos das ações em carteira	(80)	(80)	(538)	(538)
Ajustes positivos ao valor justo – Valores não resgatados	(14.087)	(14.087)	(46.747)	(46.747)
Outras exclusões	<u>(32.079)</u>	<u>(32.079)</u>	<u>(253)</u>	<u>(253)</u>
Total	<u>(199.536)</u>	<u>(199.536)</u>	<u>(240.559)</u>	<u>(240.559)</u>

Lucro base para IRPJ e CSLL	560.210	560.210	495.199	495.210
Alíquotas de IRPJ e CSLL vigentes	<u>25%</u>	<u>15%</u>	<u>25%</u>	<u>15%</u>

IRPJ e CSLL devidos à alíquota vigente	(140.030)	(84.032)	(123.800)	(74.281)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	<u>428</u>	<u>-</u>	<u>44</u>	<u>-</u>
Incentivo Fiscal (Programa de Prorrogação Licença Maternidade)	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias	<u>(8.609)</u>	<u>(2.250)</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(1.343)</u>

Despesa IRPJ e CSLL Corrente	(139.400)	(84.032)	(123.731)	(74.281)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	<u>(8.609)</u>	<u>(2.250)</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(1.343)</u>

IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>(148.009)</u>	<u>(86.282)</u>	<u>(126.987)</u>	<u>(75.624)</u>
---------------------------------------	------------------	-----------------	------------------	-----------------

(*) Refere-se às operações da sucursal de Londres

A alíquota utilizada nas conciliações de 2011 e 2010 apresentadas anteriormente é a alíquota de 25% (IRPJ) e 15% (CSLL), devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

22.2. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/11	31/12/10
	R\$	R\$
Imposto diferido:		
Reavaliação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(975)	(34.745)
Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>(153)</u>	<u>(13.898)</u>

22.3. Créditos tributários e previdenciários

CIRCULANTE	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Tributos correntes			
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar	3.249	4.190	128
Imposto de renda retido na fonte	205	424	-
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	(a) <u>45.409</u>	<u>12.886</u>	<u>16.194</u>
Total	<u>48.863</u>	<u>17.500</u>	<u>16.322</u>
NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(b) <u>295.649</u>	<u>312.125</u>	<u>315.586</u>
Total	<u>295.649</u>	<u>312.125</u>	<u>315.586</u>

(a) Estes saldos referem-se a créditos relativos a IRPJ e CSLL a compensar de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte.

(b) Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, ativos oriundos de diferenças temporárias, estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A partir de 1º de janeiro de 2010, a rubrica do Circulante "Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias" foi reclassificada para o Não Circulante em atendimento aos requerimentos do CPC 26. A Sociedade não apresentou a expectativa de realização desses créditos por ano considerando a incerteza do momento que tais créditos passarão a ser dedutíveis na apuração do lucro real. Tais créditos tributários de diferenças temporárias são relacionados, principalmente, a provisões para ações judiciais, obrigações fiscais, provisão para desvalorização e de valor recuperável de ativos e provisão para benefícios pós-emprego.

22.4. Impostos e contribuições a pagar

CIRCULANTE	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Tributos correntes			
IRPJ a pagar	60.297	32.778	52.642
CSLL a pagar	21.874	11.804	18.956
Outros	2.470	12.401	22.183
Total	<u>84.641</u>	<u>56.983</u>	<u>93.781</u>
NÃO CIRCULANTE			
Tributos correntes			
CSLL a pagar (*)	128.063	75.095	45.382
Outros	<u>5.418</u>	<u>4.058</u>	<u>-</u>
Total	<u>133.481</u>	<u>79.153</u>	<u>45.382</u>

(*) Em virtude de a Sociedade estar discutindo judicialmente o aumento da alíquota de CSLL de 9% para 15%, foi realizado depósito judicial no valor de R\$108.471 (R\$75.095, em 2010). A Sociedade entende que este processo não será julgado a curto prazo, por isso, desde 30 de junho de 2010, reclassificou o passivo de CSLL para o longo prazo. O valor atualizado em 31/12/2011 é R\$ 128.063 (R\$ 75.095 em 31/12/2010). Vide nota nº 16.

23. PARTES RELACIONADAS

As principais transações realizadas pela Sociedade com partes relacionadas estão apresentadas a seguir.

	31/12/11		
	Resultado	Contas a receber	Contas a pagar
Com participação acionária na Sociedade			
Prêmios	801.344	427.660	6.567
Juros de parcelamento	6.934	407	-
Indenizações e despesas com sinistros	(750.617)	3.343	122.318
Comissões	(79.139)	12.541	32.028
Outros	-	-	875
Total	<u>(21.478)</u>	<u>443.967</u>	<u>161.788</u>
Controlada UA Holding Corporation		<u>291</u>	<u>122</u>

	31/12/10		
	Resultado	Contas a receber	Contas a pagar
Com participação acionária na Sociedade			
Prêmios	1.007.482	189.351	59.095
Juros de parcelamento	14.455	5.464	3
Indenizações e despesas com sinistros	(806.671)	8.532	33.161
Comissões	(133.932)	-	24.389
Outros	-	2.930	7
Total	<u>81.334</u>	<u>206.277</u>	<u>116.655</u>
Controlada UA Holding Corporation		<u>113</u>	<u>230</u>

	01/01/10		
	Contas a receber	Contas a pagar	
Com participação acionária na Sociedade			
Prêmios	129.279	4	
Juros de parcelamento	3.928	-	
Indenizações e despesas com sinistros	3.825	25.078	
Comissões	-	13.996	
Outros	<u>12.527</u>	<u>1.645</u>	
Total	<u>149.559</u>	<u>40.723</u>	
Controlada UA Holding Corporation	<u>113</u>	<u>46</u>	

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Sociedade, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

Os valores em aberto serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no período referente a dívidas incorráveis em relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

23.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Sociedade, em 31 de dezembro, é a seguinte:

	2011	2010
	R\$	R\$
Dirigentes		
Remuneração e Participações nos lucros	2.786	2.231
Ajuda de custo	120	193
Benefícios pós emprego	<u>84</u>	<u>77</u>
Sub-total	<u>2.990</u>	<u>2.501</u>
Conselho de administração (*)	196	173
Conselho fiscal (*)	163	149
Comitê de auditoria (*)	511	482
Total	<u>3.860</u>	<u>3.305</u>

Os conselhos de Administração e Fiscal e o comitê de auditoria recebem apenas honorários.

Os valores máximos, médios e mínimos, da remuneração mensal paga pela Sociedade aos seus empregados e administradores, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são os seguintes:

	Empregados		Administradores (*)	
	2011	2010	2011	2010
Máxima	18.056	17.032	32.462	31.602
Mínima	4.505	1.043	25.433	24.000
Média	6.825	6.504	27.527	26.184

(*) O Presidente e o Vice-Presidente Executivo do IRB-Brasil Re, servidores públicos federais cedidos por outros

órgãos públicos, recebem a remuneração de seu cargo de origem, acrescida do percentual correspondente a 60% (sessenta por cento) da remuneração dos dirigentes do IRB-Brasil Re, na forma do disposto no artigo 2º, III, da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.

24. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1. Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB

A Sociedade é patrocinadora da PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (em aberto), sendo o regime de capitalização adotado nas avaliações atuariais para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Sociedade à PREVIRB, no exercício de 2011, totalizaram R\$4.249 (R\$1.741 em 31 de dezembro de 2010).

24.1.1. Planos de contribuição variável

A Sociedade é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável), a partir de 2004. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Sociedade em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total de R\$2.846 (R\$116 em 31 de dezembro de 2010), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Sociedade a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

24.1.2. Planos de benefício definido

A Sociedade concede o plano de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

A despesa total de R\$1.403 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2010), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Sociedade a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2011 pelo Sr. Sérgio Aureliano Machado da Silva, Membro do Instituto Brasileiro de Atuária - MIBA nº 547. O valor presente da obrigação dos benefícios definidos e o respectivo custo dos seus serviços correntes e passados foram mensurados por meio do Método do Crédito Unitário Projetado.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico de R\$118.768 (R\$121.886 em 31 de dezembro de 2010) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

O método de apuração da obrigação atuarial adotado foi o Método de Crédito Unitário.

	Plano de benefícios administrados pela PREVIRB			Plano de benefícios pós-emprego patrocinado pela controladora		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Hipóteses econômicas						
Taxa nominal de desconto	5,00%	5,00%	5,50% a.a.	5,00%	5,00%	5,25% a.a.
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 5,50% a.a.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real de salário	Escala de remunerações médias	Escala de remunerações médias	Escala de remunerações médias	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Zero	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não adotada	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Não adotada	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Hipóteses demográficas	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE
Tábua de sobrevivência	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE	AT-00 MALE e FEMALE
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85	MI-85	WI + 1/3 MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

Os valores reconhecidos no resultado em 2011, e os valores projetados para 2012, relativos a esses planos de benefícios definidos são apresentados a seguir:

	31/12/12	31/12/11	01/01/2010
	R\$	R\$	R\$
Custo dos serviços correntes	(1.094)	6.539	10.100
Juros sobre a obrigação	114.174	105.598	112.858
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(125.846)	(117.213)	(117.717)
Despesa/ (Receita) no final do período	<u>(12.766)</u>	<u>(5.074)</u>	<u>5.241*</u>

* Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, esta receita não foi contabilizada na patrocinadora.

A despesa total de R\$1.403 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2010), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Sociedade a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas aos planos de benefícios definidos é apresentado a seguir.

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
	R\$	R\$	R\$
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	1.208.930	1.109.373	1.101.324
Valor justo dos ativos do plano Passivo/ (Ativo) líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	<u>(1.327.697)</u>	<u>(1.231.259)</u>	<u>(1.148.740)</u>

* Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, estes valores de Ativo Líquido não foram contabilizados na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação de benefícios definidos no exercício atual é apresentada a seguir:

	31/12/11	31/12/10	01/01/2010
	R\$	R\$	R\$
Valor Presente das Obrigações Atuariais no início do ano	1.109.373	1.101.324	1.097.560
Custo dos serviços correntes	10.518	11.958	19.741
Custo dos juros (Ganho)/Perda Atuarial	105.598	105.598	117.936
Benefícios pagos	56.192	(51.926)	(89.080)
Outros	(72.751)	(57.580)	(44.833)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no final do ano	<u>1.208.930</u>	<u>1.109.374</u>	<u>1.101.324</u>

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas da PREVIRB:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Disponível	380	409	377
Realizável de Investimentos	1.411.529	1.291.738	1.229.840
Títulos Públicos	730.136	719.203	732.129
Créditos Privados e Depósitos	463.145	392.914	355.439
Ações	89.890	108.480	87.188
Fundos de Investimentos	58.900	30.870	14.094
Investimentos Imobiliários	64.782	35.759	36.147
Empréstimos e Financiamentos	4.676	4.512	4.843
Exigível Operacional de Investimentos	(202)	(281)	(206)
Créditos Privados e Depósitos	-	-	(67)
Ações	-	(136)	-
Investimentos Imobiliários	-	-	(8)
Empréstimos e Financiamentos	(194)	(141)	(128)
Outras Exigibilidades (IOF)	(8)	(4)	(3)
Exigível Contingencial de Investimentos	<u>(2.716)</u>	<u>(2.716)</u>	<u>(2.716)</u>
Recursos Garantidores	<u>1.408.991</u>	<u>1.289.150</u>	<u>1.227.295</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	31/12/11	31/12/
--	----------	--------

	31/12/11	31/12/10	01/01/10
25. OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS			
CIRCULANTE			
Complementação de aposentadoria e pensões	18.867	18.092	19.487
Assistência médica e odontológica	15.394	15.537	13.155
Assistência médica e odontológica – provisão para eventos ocorridos e não avisados	2.022	2.648	1.155
Seguro de vida em grupo	190	138	142
Auxílio funeral	52	54	11
Total	36.525	36.469	33.950
NÃO CIRCULANTE			
Complementação de aposentadoria e pensões	131.605	136.168	162.674
Assistência médica e odontológica	138.160	146.798	126.987
Seguro de vida em grupo	1.359	1.027	937
Auxílio funeral	1.196	1.142	1.140
Total	272.318	285.135	291.738

A Sociedade custeia, integralmente, os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

A Sociedade possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 370 integrantes, em 31 de dezembro de 2011 (389 em 31 de dezembro de 2010), sendo 1 em atividade, 352 aposentados e 17 pensionistas, com média de idade de 79,5 anos (79 em 31 de dezembro de 2010).

A Sociedade oferece, ainda, os seguintes benefícios assistenciais:
 • Assistência médica e odontológica
 Planos de autogestão para funcionários ativos e aposentados: para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. A Sociedade arca com 50% do custeio destes planos e os funcionários, com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

• Auxílio funeral
 Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996.

• Seguro de vida em grupo
 Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB-Brasil Re arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos no IRB-Brasil Re é considerada instrumento essencial para a otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. Em linhas gerais, uma gestão de riscos eficiente protege os ativos da Sociedade.

Os principais objetivos do gerenciamento de riscos promovido pela Gerência de Riscos Corporativos (GERIC) são:

- A identificação dos riscos e oportunidades;
- A medição e avaliação desses riscos, a partir da perspectiva de exposição;
- Um plano de gerenciamento para alcançar os níveis de exposição aceitáveis;
- O alinhamento do apetite de risco à estratégia da Sociedade.

A atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos do IRB-Brasil Re é feita pelo Conselho de Administração e, adicionalmente, foi aprovada em outubro de 2011, a criação do Comitê de Gestão de Riscos. O Comitê tem caráter consultivo e dentre suas atribuições estão: monitorar, revisar políticas e auxiliar na definição da filosofia geral do IRB-Brasil Re no tocante ao estabelecimento de limites de exposição a riscos.

Em consonância com a estratégia de internacionalização, a GERIC coordenou em 2011 o processo de obtenção do rating do IRB-Brasil Re. Foi feita a contratação da empresa A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, e o resultado foi divulgado em dezembro com a obtenção do rating A- (excelente).

Descrição dos principais riscos:
 O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Estratégico, Operacional, Subscrição, Mercado, Crédito, Liquidez e Legal e Regulatório.

Risco Estratégico
 São os riscos de perdas decorrentes de decisões de negócio ou processos que impactam o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Envolve ainda a imprevisibilidade nos resultados da Sociedade, além das incertezas do ambiente ou das variáveis que impactam a estratégia das empresas.

A Sociedade utiliza o *Balanced Scorecard* (BSC), como metodologia de gestão estratégica, de forma a assegurar que o processo de planejamento seja sistematicamente integrado aos indicadores internos, alinhando a criação e a definição das estratégias táticas e operacionais da organização a partir do desdobramento da estratégia corporativa. O BSC consiste em um modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração do progresso das organizações rumo às suas metas ao longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos. Além disso, ressalta o papel da comunicação da estratégia de uma organização, como finalidade de maior compreensão das decisões estratégicas, garantindo a sua disseminação para todo o corpo funcional. No modelo de gestão estratégica adotado, o plano estratégico é acompanhado periodicamente pela Alta Administração.

Riscos Operacionais
 Estão associados à possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos. Os riscos operacionais geralmente acarretam em redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Sociedade.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta pelas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla a análise dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e as respostas aos riscos (plano de ação).

Já a etapa quantitativa, atualmente, consiste no planejamento da formação da base de perdas, tendo como objetivo registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no IRB-Brasil Re.

A Gestão da Continuidade dos Negócios (GCN) também está inserida no âmbito da área de gestão de risco operacional e consiste no conjunto de medidas a serem adotadas na eventualidade de uma interrupção dos negócios, permitindo à Instituição continuar operando a, pelo menos, um nível mínimo de serviço pré-determinado.

Além disso, a área também trata incidentes operacionais valendo-se da metodologia de análise de riscos. Este processo detecta, classifica, avalia e trata incidentes pontualmente, sendo ligado diretamente às outras áreas integrantes do sistema de controles internos da Sociedade.

Riscos de Subscrição
 O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Sociedade, por exemplo: concorrência, perdas de ativo, maior frequência de sinistros, aumento da sinistralidade, ou seja, todos os riscos que contrariam as expectativas da Sociedade definidas na sua Política de Subscrição. Esses fatores podem ocasionar perdas maiores que as estimadas no cálculo das provisões técnicas.

Monitoramento dos Passivos de Resseguro por Linhas de Negócio
 A Sociedade calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O quadro abaixo demonstra os passivos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG) brutos e líquidos por linhas de negócios.

	Resseguro			Retrocessão		
	31/12/11	31/12/10	01/01/10	31/12/11	31/12/10	01/01/10
Patrimonial	1.821.620	1.750.803	2.380.662	(962.007)	(984.504)	(1.430.696)
Riscos Especiais	275.388	114.620	174.977	(246.420)	(88.385)	(140.638)
Responsabilidades	713.071	627.909	698.646	(243.968)	(193.273)	(247.400)
Cascos	573.467	644.782	1.020.922	(405.603)	(464.384)	(726.210)
Automóveis	260.555	272.562	261.738	(2.245)	(1.797)	(25.457)
Transportes	185.434	162.386	259.251	(77.986)	(63.604)	(119.511)
Riscos Financeiros	512.757	414.174	353.299	(283.028)	(227.054)	(192.421)
Crédito	65.944	143.723	218.886	(27.167)	(86.407)	(138.018)
Pessoas	198.374	184.725	211.280	(55.629)	(50.874)	(56.413)
Habitacional	38.909	30.766	39.912	-	-	-
Rural	252.460	134.556	277.976	(128.072)	(52.882)	(150.848)
Marítimos	15.713	-	-	(4.705)	-	-
Aeonauticos	67.661	-	-	(27.972)	-	-
<i>Run-off</i> (Londres)	190.110	175.583	192.748	-	-	-
Outros	243.659	181.952	129.167	763	(158)	(1.133)
Total	5.415.122	4.838.541	6.219.464	(2.464.039)	(2.213.322)	(3.228.745)

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Sociedade, por ano de subscrição.

Sinistros Brutos de Retrocessão (passivo):							
<u>Bruto de retrocessão</u>							
<u>Ano de subscrição</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>Total</u>
Sinistros pagos no ano	586.014	720.059	777.949	804.970	340.121	200.595	3.429.708
Um ano depois	2.019.366	2.689.067	1.751.945	1.174.293	846.287	-	-
Dois anos depois	2.216.711	2.438.929	1.791.637	1.316.468	-	-	-
Três anos depois	1.820.767	2.377.300	1.866.319	-	-	-	-
Quatro anos depois	1.735.720	2.742.038	-	-	-	-	-
Cinco anos depois	1.873.371	-	-	-	-	-	-
Total incorridos	1.873.371	2.742.038	1.866.319	1.316.468	846.287	200.595	-

Pagamentos efetuados	1.589.011	2.339.005	1.516.510	1.002.994	434.012	43.130	-
Sinistros Pendentes	284.360	403.033	349.809	313.474	412.275	157.465	1.920.416
Pendentes anteriores a 2006							1.399.789
Total (*)							3.320.205
Ativos de Retrocessão - Sinistro Pendentes de Pagamento:							
<u>Líquido de retrocessão</u>							
<u>Ano de subscrição</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>Total</u>
Sinistros pagos no ano	395.132	391.818	500.540	472.720	257.259	146.828	2.164.299
Um ano depois	912.682	1.724.116	1.058.032	802.099	649.978	-	-
Dois anos depois	1.346.902	1.728.860,21	1.167.871,12	1.031.428	-	-	-
Três anos depois	1.247.869	1.767.046,88	1.241.245	-	-	-	-
Quatro anos depois	1.254.546	1.978.1211	-	-	-	-	-
Cinco anos depois	1.362.354	-	-	-	-	-	-
Total Incorridos	1.362.354	1.978.141	1.241.295	1.031.428	649.978	146.828	-
Pagamentos efetuados	1.268.162	1.857.454	1.099.266	792.719	328.472	29.239	-
Sinistros Pendentes	94.192	120.687	142.029	238.709	321.506	117.589	1.034.711
Pendentes anteriores a 2006							579.038
PSL Total (exc Londres)							1.613.749

Análise apresentada não considera a provisão de sinistros a liquidar da Sucursal Londres no montante de R\$ 79.449

Análise de sensibilidade

As simulações constantes neste item possuem alterações razoáveis nas premissas atuariais, cujo objetivo é avaliar impactos que podem determinar a saúde financeira da empresa. As simulações auxiliam na escolha das linhas de negócio favoráveis ao Resseguro com respectivas retenções.

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos na sinistralidade, considerando uma variação de 10% (dez por cento).

	Sinistralidade		
Grupo de Ramos	Atual	+ 10%	-10%
Patrimonial	57,80%	63,6%	52,0%
Riscos especiais	118,60%	130,5%	106,7%
Responsabilidades	234,70%	258,2%	211,2%
Cascos	162,70%	179,0%	146,4%
Automóveis	126,30%	138,9%	113,7%
Transportes	30,20%	33,2%	27,2%
Riscos financeiros	38,30%	42,1%	34,5%
)Créditos	(70,70%)	(77,8%)	(63,6%)
Pessoas	48,40%	53,2%	43,6%
Habitacional	31,60%	34,8%	28,4%
Rural	47,20%	51,9%	42,5%
Marítimo	1,90%	2,1%	1,7%
Aeronáutico	70,30%	77,3%	63,3%
Outros	230,9%	254,0%	207,8%
Total	71,20%	78,3%	64,1%

Na tabela a seguir é possível verificar os impactos que ocorreriam nos custos de sinistros se houvesse um acréscimo ou decréscimo de 10% (dez por cento). Para este cálculo são considerados os sinistros diretos, deduzindo-se destes suas recuperações (salvados e ressarcimentos), conforme informado na nota explicativa 21.2.

	Custo de Sinistros		
Grupo de Ramos	Atual	+ 10%	-10%
Patrimonial	(391.469)	(430.616)	(352.322)
Riscos especiais	(148.453)	(163.298)	(133.608)
Responsabilidades	(88.190)	(97.009)	(79.371)
Cascos	(178.478)	(196.326)	(160.630)
Automóveis	(88.283)	(97.111)	(79.455)
Transportes	(21.914)	(24.105)	(19.723)
Riscos financeiros	(15.882)	(17.470)	(14.294)
Créditos	(1.630)	(1.793)	(1.467)
Pessoas	(80.595)	(88.655)	(72.536)
Habitacional	(12.093)	(13.302)	(10.884)
Rural	(85.473)	(94.020)	(76.926)
Marítimos	(275)	(303)	(248)
Aeronáuticos	(33.721)	(37.093)	(30.349)
Outros	(80.492)	(88.541)	(72.443)
Total	(1.226.948)	(1.349.642)	(1.104.256)

Estas variações trazem o impacto de R\$122.694, sendo este negativo na hipótese de aumento da sinistralidade em 10% e positivo em caso de redução de 10%.

Riscos financeiros

Objetiva o desenvolvimento de instrumentos para a mensuração, análise e controle dos riscos de crédito, mercado e liquidez, por meio de estudos, os quais são baseados na análise agregada de dados das operações e investimentos da Sociedade, bem como pelo acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro.

Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como o risco de que alterações nos preços e taxas do mercado financeiro reduzam o valor de um título ou carteira.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Limites máximos de VaR (*Value at Risk*) e análises de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*";
- Monitoramento de mercado;
- Gestão preventiva de perdas.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de juros, de liquidez e da taxa de câmbio. A gestão desses riscos envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração, que estão consolidadas na Política de Investimentos.

• Risco de juros – Adota-se um processo de mensuração e monitoramento do risco de flutuação nas taxas de juros e dos prazos em condições normais e adversas de mercado.

• Risco de liquidez – Tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros.

• Risco de taxa de câmbio – O resultado das operações de resseguro é afetado pelo risco da taxa de câmbio, em função do grande número de contratos de resseguro lastreados em moeda estrangeira. A diferença entre os ativos em moeda estrangeira e o correspondente passivo é ajustada por meio de operações de compra e venda no mercado internacional.

A mensuração do risco de mercado, feita através do VaR, estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência, considerando as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado. Dentre as metodologias do VaR utilizadas para calcular os números diários de risco, o IRB-Brasil Re optou por utilizar o VaR histórico, desde janeiro de 2011.

Enquanto o VaR obtém a exposição diária da Sociedade aos riscos de taxa de câmbio e taxa de juros, a análise de sensibilidade avalia o impacto de uma possível mudança nas taxas de juros ou de câmbio no exercício. O período mais longo da análise de sensibilidade complementa o VaR e auxilia a Sociedade a avaliar sua exposição aos riscos de mercado. Mais detalhes sobre a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de câmbio e de juros estão demonstrados nas Notas Explicativas abaixo.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Sociedade está exposta principalmente à moeda dos Estados Unidos da América, havendo, contudo, exposição em menor grau ao Euro.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Sociedade à variação do câmbio, para as duas moedas, considerando a projeção do dólar dos Estados Unidos para 31 de dezembro de 2012, apresentada pelo Relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 10 de fevereiro de 2012 (31/12/2012: R\$1,75/US\$1,00) e, para o Euro, optou-se por aplicar o mesmo percentual de variação do dólar, o que representa os cenários mais prováveis:

	Cenário provável
	12/2012
Variação no excedente em dólar	29.206
Variação no excedente em euros	(953)

Consoante o cenário acima destacado, conclui-se que a desvalorização da moeda Dólar convergiria em um excedente positivo para a organização. Em contrapartida, a mesma variação na moeda Euro geraria um excedente negativo. A consolidação dos excedentes, neste cenário, resultaria em um ganho para a instituição.

Gestão do risco de taxa de juros

A Sociedade está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros.

Foi desenvolvido modelo de análise de sensibilidade com a finalidade de identificar o comportamento do portfólio deste IRB-Brasil Re frente a variações da taxa básica de juros, da taxa cambial e do índice IBRX-50 da Bolsa de Valores. Considerando tais variáveis, bem como suas correlações, concluiu-se que o risco da taxa de juros é mitigado, já que as variáveis analisadas atuam em movimento inverso, podendo gerar uma perda máxima de 2% no período analisado.

A empresa também desenvolveu modelo de cenários de stress, considerando grandes crises mundiais ocorridas nos últimos quinze anos, e, nesta oportunidade, concluiu que a perda máxima de sua carteira seria de 8%.

Gestão de risco de crédito
 O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte (principalmente referente a resseguro, retrocessão e investimentos) não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. A fim de mitigar este risco, a Sociedade adotou a política de ter operações de retrocessão com Sociedades que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AMBest) ou A3 (Moody's). Adicionalmente o IRB-Brasil Re avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria que representa a visão que a Empresa tem sobre a capacidade das contrapartes em honrar pagamentos futuros. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto *rating* de crédito avaliado por agências internacionais de *rating*. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB-Brasil Re pode ser verificada no quadro abaixo:

Faixa de Rating	% de resseguradores participantes dos contratos de proteção em vigor
AAA ou Equivalente	23,81%
AA ou equivalente	71,43%
A ou equivalente	4,76%
BBB+ ou equivalente	0,00%
BBB ou equivalente inferior	0,00%
Total	100,00%

Adicionalmente, as seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito:

- Estabelecimento de limites de retrocessão por entidade;
- Monitoramento de exposição de risco de crédito;
- Monitoramento de mercado e entidades;
- Gestão preventiva de perdas.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Sociedade gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O Gerenciamento de Ativos e Passivos na Organização

Em 2011 foi implementado o ALM (*Asset Liability Management*), ferramenta de grande valor que abrange o planejamento estratégico de negócios do IRB-Brasil Re. Este instrumento de controle de riscos é utilizado para verificar o casamento entre os ativos e passivos da empresa, cujo objetivo é mitigar o risco de liquidez deste Ressegurador.

Risco legal e regulatório

É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: risco com órgãos reguladores, risco de atividades em desacordo com políticas internas, risco de reputação e risco de contratos.

No tratamento destes riscos, a Sociedade instituiu uma estrutura de *Compliance*, gerenciada pela Gerência de Controles Internos, e a figura dos Agentes Setoriais de *Compliance*, bem como uma Comissão de Ética, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Departamento Jurídico do IRB-Brasil Re realiza a revisão nos contratos de resseguros, visando mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio e acompanhar o andamento dos processos judiciais.

26.1. Contratos futuros de moeda

Como parte da política de investimento da Sociedade, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira.

Em 27 de outubro de 2010, a Sociedade, visando reduzir os efeitos da flutuação das taxas de câmbio em suas operações, gerenciou tal risco através da utilização de contrato de compra/venda a termo de moeda sem entrega física (*Non-Deliverable Forwards* - NDF). Tal operação com derivativos permite limitar a exposição ao risco de variação da taxa de câmbio. A operação foi contratada exclusivamente com a finalidade de *hedge*.

Instituição	Valor da operação (US\$)	Data de início	Data de vencimento	Duração	Taxa de contratação	Taxa no vencimento	Resultado (R\$)
Banco do Brasil	10.000	27/10/2010	26/11/2010	30 dias	1,71310	1,72060	(75)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Sociedade não possui contratos desse tipo vigentes.

26.2. Contratos futuros de taxa de juros

• Renda Fixa

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade possuía a totalidade das cotas dos Fundos de Investimento BB Extramercado Exclusivo 22 e 32 – Renda Fixa.

O Fundo de Investimento BB Extramercado Exclusivo 22 abriga as seguintes operações com derivativos:

	Ajuste A pagar	Valor dos contratos
	31/12/11	31/12/11
Contratos futuros (registrados em contas de compensação)		
Posição vendida – índice DI - Vencimentos entre		
Janeiro de 2012 e Janeiro de 2016	48	162.546

	Ajuste A pagar	Valor dos contratos
	31/12/10	31/12/10
Contratos futuros (registrados em contas de compensação)		
Posição vendida – índice DI - Vencimentos entre		
Janeiro de 2010 e Julho de 2011	67	185.927

	Ajuste A receber	Valor dos contratos
	31/12/11	31/12/11
Contratos futuros (registrados em contas de compensação)		
Posição vendida – índice DI – Vencimentos entre		
Julho de 2011 e Janeiro de 2016	18	47.766

	Ajuste A pagar	Valor dos contratos
	31/12/10	31/12/10
Contratos futuros (registrados em contas de compensação)		
Posição vendida – índice DI – Vencimentos entre		
Julho de 2011 e Janeiro de 2013	5	5.074

O Fundo de Investimento B.B. extramercado exclusivo 32 abriga as seguintes operações com derivativos:

	Ajuste A receber	Valor dos contratos
	31/12/11	31/12/11
Contratos futuros (registrados em contas de compensação)		
Posição vendida – índice DI – Vencimentos entre		
Julho de 2011 e Janeiro de 2016	18	47.766

	Ajuste A pagar	Valor dos contratos
	31/12/10	31/12/10
Contratos futuros (registrados em contas de compensação)		
Posição vendida – índice DI – Vencimentos entre		
Julho de 2011 e Janeiro de 2013	5	5.074

O gestor do Fundo adota como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de proteger o valor patrimonial em relação à alta inesperada da taxa de juros, no caso específico da LTN.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição vendida da taxa de juros no mercado futuro de DI possuía vencimentos entre janeiro de 2012 e janeiro de 2016 (Fundo Extramercado BB 22) e de janeiro de 2012 a janeiro de 2016 (Fundo Extramercado BB 32).

Em 31 de dezembro de 2011, parte dos títulos públicos federais, no montante de R\$23.094 (R\$20.690, em 2010), encontrava-se depositada como garantia de operações realizadas na BM&F Bovespa S.A.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2010, pelo Fundo, estavam relacionados ao descolamento atípico da taxa DI diante da taxa Selic. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado estão apoiados em uma infraestrutura de modelos determinísticos e estatísticos sofisticados, que são adotados pela administração do Fundo.

O gestor do Fundo adota, como política, a utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger o valor patrimonial frente à flutuação do valor de determinada ação.

26.3. Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de amortização contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na

data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	%						
31 de dezembro de 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,62%	148.575		56.378	986.905		1.191.858
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	12,05%	54.498		23.863	179.143	-	257.504
		203.073		80.241	1.166.048	-	1.449.362

31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,78%	115.600		284.161	1.031.886		1.431.647
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	11,61%	79.968	12.661	139.177	14.904	-	246.710
		195.568	12.661	423.339	1.046.790	-	1.678.357

1º de janeiro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,93%	176.569	88.323	352.394	726.386	71.543	1.415.215
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	9,96%	14.995	-	139.552	77.403	-	231.950
		191.564	88.323	491.946	803.789	71.543	1.647.165

26.3.1. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação, geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Mais especificamente, as premissas relevantes utilizadas na determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros são descritas a seguir.

Títulos de renda variável e ações de sociedade de capital aberto:

Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mercado secundário, divulgado pela BM&F Bovespa.

Instrumentos financeiros derivativos:

Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Títulos de renda fixa – públicos federais:

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA.

Fundos de investimento exclusivos uni cotistas:

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, cujo ajuste dia a dia respeita a curva de rentabilidade original de aquisição;

26.3.1.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2011		
	Nível 1	Nível 2	Total

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de empresas nacionais	158.284	-	158.284
Letras Financeiras do Tesouro	1.002.499	-	1.002.499
Letras do Tesouro Nacional	230.942	-	230.942
Notas do Tesouro Nacional	33.597	-	33.597
Operações compromissadas	227.616	-	227.616
Outras contas a receber (pagar) (*)	(67)	-	(67)

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ações de empresas nacionais	-	-	-
American Deposits Receipt	6.058	-	6.058
Títulos do tesouro americano	22.807	-	22.807
Títulos da dívida soberana	76.744	-	76.744
Letras Financeiras do Tesouro	2.287.408	-	2.287.408
Total	4.045.889	-	4.045.889

	31/12/2010		
	Nível 1	Nível 2	Total
	R\$	R\$	R\$

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de empresas nacionais	181.452	-	181.452
Letras financeiras do Tesouro	1.293.059	-	1.293.059
Letras do tesouro Nacional	239.245	-	239.245
Notas do Tesouro Nacional	30.453	-	30.453
Operações compromissadas	124.951	-	124.951
Outras contas a receber (pagar) (*)	374	-	374

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ações de empresas nacionais	1.952	-	1.952
American Deposits Receipt	13.234	-	13.234
Títulos da dívida soberana	54.519	-	54.519
Letras financeiras do Tesouro	1.804.163	-	1.804.163
Total	3.743.402	-	3.743.402

	01/01/2010		
	Nível 1	Nível 2	Total
	R\$	R\$	R\$

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de empresas nacionais	135.926	-	135.926
Letras financeiras do Tesouro	1.219.796	-	1.219.796
Letras do tesouro Nacional	221.779	-	221.779
Notas do Tesouro Nacional	29.021	-	29.021
Operações compromissadas	181.609	-	181.609
Outras contas a receber (pagar) (*)	(583)	-	(583)

Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ações de empresas nacionais	39.106	-	39.106
<i>American Deposits Receipt</i>	4.149	-	4.149
Títulos da dívida soberana	146.009	-	146.009
Brazilian Corporate Bonds	-	16.946	16.946
Letras financeiras do Tesouro	1.630.418	-	1.630.418
Total	3.607.230	16.946	3.623.176

(*) Valores a receber ou a pagar referente à administração dos fundos exclusivos.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os Níveis 1 e 2.

27. FUNDOS, CONSÓRCIOS E CONTAS SOB ADMINISTRAÇÃO DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.
 O IRB-Brasil Resseguros S.A. efetua a administração dos seguintes fundos e consórcio, cujos principais saldos contábeis podem ser assim representados:

	31/12/11 Valor do patrimônio líquido (não auditado)	31/12/10 Valor do patrimônio líquido	31/12/09 Valor do patrimônio líquido
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR (2)	897.565	759.134	648.395
Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE (1) e (2)	-	293	694.839
Seguro de Crédito a Exportação – SCEX (1)	85.384	536.305	450.887
Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares – CBRN (1)	43.311	34.747	34.984

(1) As demonstrações contábeis são auditadas pelos auditores independentes do IRB-Brasil Resseguros S.A., sendo que o EURE e SCE foram auditados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e o CBRN auditado em 31 de dezembro de 2009.

(2) As demonstrações contábeis são objeto de prestações de contas apresentadas anualmente ao Tribunal de Contas da União (TCU).

FESR – Criado pelo Decreto-lei no 73, de 21 de novembro de 1966. A sua finalidade é garantir a estabilidade do seguro rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe nessas operações. Os recursos captados pelo Fundo são provenientes do recolhimento anual do excesso de lucro do seguro rural, apurado pelas sociedades seguradoras e pela Sociedade, e crédito especial da União, quando necessário, para cobertura de deficiência operacional.

EURE – Criado pelo Ato 01/76, de 16 de janeiro de 1976, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e ratificado, quanto aos aspectos financeiros, pelo Conselho Monetário Nacional, em 27 de maio de 1976. A finalidade do EURE é aumentar a capacidade de retenção de prêmios no País, dando cobertura aos riscos de resseguros relativos a excesso de danos. Desde o segundo semestre de 1992, a aceitação de novos riscos pelo EURE está interrompida, encontrando-se, portanto, em processo de descontinuidade (“run-off”). Por solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do ofício nº 213/2010/GEFUP/COFIS/SUBSEC2/STN/MF-DF, de 7 de dezembro de 2010, o IRB-Brasil Re transferiu à STN do Ministério da Fazenda o saldo do Fundo Eure/GGF, que acumulava, em 30 de dezembro de 2010, o valor de R\$760.718. Na transferência, foi pago ao IRB-Brasil Re uma taxa de administração no montante de R\$81.167 calculada a partir da taxa de 0,45% a.a., sobre o saldo do Fundo de 1992 a 2010. Com a referida transferência, ficou extinta qualquer responsabilidade do IRB-Brasil Re em relação à administração do EURE/GGF ou de seus recursos, bem como em relação a sinistros futuros. A responsabilidade pelo acompanhamento, e eventual pagamento de indenização, de sinistros a partir da data de transferência ficará a cargo da STN.

SCEX – Tem por finalidade proteger os exportadores nacionais de eventuais prejuízos decorrentes, principalmente, da insolvência do importador (riscos comerciais) e os decorrentes de acontecimentos excepcionais, tais como guerra, revolução, catástrofe da natureza ou medidas adotadas pelo Governo, ocorridos no país de origem do importador (riscos políticos e extraordinários). A partir de 20 de agosto de 1991, conforme disposto na Circular PRESI no 021/1999, o Seguro de Crédito à Exportação não aceita novas operações.

Em 26 de novembro de 2011, por solicitação do Ministério da Fazenda através da Portaria nº 536, a administração do SCEX (ativos e passivos) passou a ser realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esta portaria estabeleceu a transferência dos recursos até então administrados pelo IRB-Brasil Re a (STN). Única de Tesouro Nacional, sendo deste montante R\$510.000 até 30 de novembro de 2011 e o saldo remanescente até 31 de maio de 2012.

CBRN – Criado pela Sociedade por meio da Resolução no 056, de 22 de julho de 1977, e regulamentado pelas Circulares PRESI no 022, de 8 de março de 1978, e PRESI no 013 de 14 de dezembro de 1990. A finalidade do CBRN é assumir todos os riscos segurados no País previstos nas condições das apólices de riscos nucleares aprovadas pelos órgãos competentes, bem como os riscos nucleares aceitos do exterior pela Sociedade.

28. AUTORIZAÇÃO PARA A CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis da Sociedade, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2012.

Leonardo André Paixão <i>Presidente</i>	Carlos Alberto de Paula <i>Diretor de Marketing e Recursos Humanos</i>
Mario Di Croce <i>Vice-Presidente Executivo</i>	José Farias de Souza <i>Diretor de Subscrição</i>
Francisco Aldenor Alencar Andrade <i>Diretor de Sinistros</i>	Beatriz Nogueira Barcellos <i>Contadora – CRC-RJ 088.458/0-0</i> <i>CPF: 047.457.497-08</i>
Daniel da Silva Veiga <i>Diretor Comercial</i>	Debora Pereira Tavares <i>Atuária-MIBA 2.011</i>
Manoel Moraes de Araujo <i>Diretor de Patrimônio e Investimentos</i>	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do IRB-Brasil Resseguros S.A. Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB-Brasil Resseguros S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das demonstrações contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação e das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”).

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais, que menciona que a Sociedade possui sucursal em Londres, que se encontra, atualmente, em processo de descontinuidade (“run-off”) de suas atividades. A referida sucursal mantém em suas demonstrações contábeis provisões técnicas constituídas em razão de obrigações assumidas no passado.

Os valores finais dessas obrigações podem variar, materialmente, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. Eventuais ajustes às referidas provisões técnicas serão refletidos nas demonstrações contábeis da sucursal de Londres e, conseqüentemente, nas demonstrações contábeis individuais da Sociedade, nos períodos em que informações adicionais estejam disponíveis e que ajustes, não quantificáveis neste momento, sejam necessários.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu <i>Auditores Independentes</i> <i>CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ</i>	Marcelo Cavalcanti Almeida <i>Contador</i> <i>CRC 1RJ 036.206/O-5</i>
---	---



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2011

O Comitê de Auditoria do IRB-Brasil Resseguros S.A., constituído em consonância com a Resolução CNSP 118/2004, é órgão consultivo estatutário que se reporta diretamente ao Conselho de Administração (CONAD). Sua composição observa as disposições contidas na mencionada Resolução, detendo os seus membros as condições básicas para o exercício de suas funções.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 19 da citada Resolução, foi aprovado na 83ª reunião ordinária, realizada em 09.03.2012, refere-se às atividades desenvolvidas nos períodos março/2011 a fevereiro/2012 e relativas ao acompanhamento das demonstrações contábeis encerradas em 30.06.2011 e 31.12.2011. Foram realizadas 25 (vinte e cinco) reuniões ordinárias no período, incluindo as reuniões conjuntas com a Presidência do IRB, a Auditoria Externa, a Auditoria Interna e a Gerência de Contabilidade, conforme planejamento submetido ao Conselho de Administração da empresa. Como resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, foram gerados relatórios, elaboradas análises, feitas solicitações e expedidas recomendações. O Sistema de Controles Internos vêm sendo motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte do Comitê, continuando a Administração do IRB-Brasil Re a atuar no seu melhoramento, visando torná-lo efetivo e adequado ao atual porte e complexidade dos negócios, enfatizando-se a implantação do novo Sistema Integrado de Gestão (ERP), ocorrida em agosto de 2011. Medidas objetivas a transformação do IRB-Brasil Re em empresa privada, através de alteração no seu controle acionário, continuaram a ser desenvolvidas, as quais permitirão que a Entidade passe a ser regulada como uma sociedade anônima de controle privado. Ações com a finalidade de internacionalizar os negócios do IRB também foram adotadas destacando-se, inclusive, a obtenção do rating A-, emitido pela conceituada empresa AM Best.

No período, o Comitê encaminhou à Administração do IRB-Brasil Re recomendações e análises, consubstanciadas em memorandos e relatórios, que mereceram a devida atenção. Tais demandas são acompanhadas mensalmente através da Matriz de Conformidade.

Em consonância com o disposto na Resolução CNSP 118/04, o Comitê manteve com os auditores externos, internos e a Presidência um canal regular de comunicação para discussão dos resultados de seus trabalhos, o que permitiu aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade dos relatórios emitidos e das demonstrações contábeis levantadas e avaliar como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas.

Com relação à auditoria independente realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu, este Comitê constatou que foram observados as normas e procedimentos de auditoria determinados pela CVM, pelo CFC, e pelo IBRACON, subsidiariamente às disposições legais e normas do CNSP e da SUSEP, sendo que seus trabalhos foram desenvolvidos com efetividade, não sendo identificadas ocorrências que comprometessem sua independência. Nas atividades executadas pela auditoria interna não foram observados descumprimentos a dispositivos legais, normativos aplicáveis, regulamentos e normas internas, sendo os trabalhos realizados segundo os padrões usuais de auditoria interna.

O Comitê analisou os balancetes mensais e acompanhou a execução do orçamento, sendo informado: (i) da inexistência de qualquer registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de fraudes, falhas ou omissões por parte da Administração da Empresa que indicasse a existência ou evidência de fraudes, atos ou erros que colocassem em risco a continuidade do IRB-Brasil Re ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis e; (ii) de que não foram identificadas operações que se enquadrassem nos critérios estabelecidos na Circular SUSEP 380/2008, que trata da prevenção e combate a crimes de lavagem de dinheiro. As demonstrações consolidadas não foram apresentadas em face da orientação da SUSEP.

O Comitê de Auditoria revisou as demonstrações contábeis do IRB Brasil Re, encerradas em 31.12.2011 e considerando: (i) os esclarecimentos realizados pelas áreas, em atendimento aos questionamentos, demandas e solicitações formulados, registrados nas respectivas atas; (ii) os estudos de “Teste de Adequação do Passivo” e o “Relatório de Avaliação Atuarial”, que consideram as Provisões Técnicas, relativamente à data base 31.12.2011, devidamente constituídas; e (iii) o Relatório de Auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 09.03.2012, emitido sem ressalvas e com parágrafo de ênfase no que se refere ao processo de “run off” do Escritório de Londres, entende que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com a legislação e normas aplicáveis, enfatizadas as limitações decorrentes do seu escopo de atuação.

Em 09.03.2012.		
José Luiz Pereira Alves <i>Presidente</i>	Lucia Maria da Silva Valle <i>Membro</i>	Luiz Augusto Momesso <i>Membro</i>

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A., em cumprimento nos artigos 142 - inciso V e 192 da Lei no 6.404/76, bem como nos artigos 25 - inciso V e 54 do Estatuto Social, considerando os Pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria, aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31.12.2011, o Relatório da Administração e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2012. No tocante à Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2011, o Conselho, também por unanimidade, aprovou a proposta de pagamento de dividendos no montante de R\$ 331.905.263,89 (R\$ 347,71 por ação preferencial e R\$ 316,10 por ação ordinária), correspondendo a 75% do lucro líquido ajustado para a distribuição de dividendos. Os dividendos propostos incluem a parcela de juros sobre o capital próprio, aprovada por este Conselho em 16.12.2011, no montante de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). O Colegiado registrou, ainda, que toda a documentação apresentada está em ordem, permitindo seja convocada a Assembleia Geral de Ações.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2012.		
Leonardo André Paixão <i>Vice-Presidente</i>	Carlos Augusto Moreira Araújo <i>Conselheiro</i>	Guilherme Estrada Rodrigues <i>Conselheiro</i>
Luiz Tavares Pereira Filho <i>Conselheiro</i>	Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade <i>Conselheiro</i>	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do IRB-Brasil Resseguros S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, havendo procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do IRB-Brasil Re, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 09 de março de 2012, com base nesse exame e à luz do Resumo do Comitê de Auditoria e dos pareceres não ressalvados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e da Auditoria Interna do IRB-Brasil Resseguros S.A, todos de 09 de março de 2012, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial do IRB-Brasil Re, observados os dispositivos da Lei Complementar nº 126/2007 e da Circular SUSEP nº 424/2011.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2012.		
Luiz Alberto de Almeida Palmeira <i>Presidente</i>	Vinicius Mendonça Neiva <i>Conselheiro</i>	
Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista <i>Conselheiro</i>	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa <i>Conselheiro</i>	
Sidney Maury Sentoma <i>Conselheiro</i>		

PARECER ATUARIAL - IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A. - ANO-BASE 2011

Aos Diretores e Acionistas,

Realizamos a Avaliação Atuarial do IRB-Brasil Resseguros S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com o objetivo de verificar a adequação das Provisões Técnicas frente às obrigações originadas pelos contratos em vigor, em atendimento à Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004. A análise foi conduzida de acordo com técnicas e metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, as quais compreenderam a análise e o recálculo das Provisões Técnicas. As correspondentes Notas Técnicas Atuariais foram encaminhadas à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A partir dos resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial e nos resultados do Teste de Adequação de Passivos atestamos que os valores declarados para as Provisões Técnicas estão adequados para os níveis de custos e riscos assumidos. Não se faz necessário ajustar as provisões constituídas nem constituir a Provisão de Riscos em Curso para o período analisado.

Destes modo, concluímos que os valores das Provisões Técnicas contabilizadas nas Demonstrações Contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A., de 31 de dezembro de 2011 são suficientes para honrar os compromissos passados e futuros com seus clientes.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2012.		
Mario Di Croce <i>Presidente em Exercício</i>	Manoel Moraes de Araujo <i>Diretor de Patrimônio e Investimentos</i>	
Debora Pereira Tavares <i>Atuária Responsável - MIBA 2011</i>		